

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO, COMUNIDADES E MUDANÇA SOCIAL

Uma proposta de intervenção em contexto Municipal: uma reflexão sobre a cultura e as iniciativas culturais

Cátia Alexandra Coutinho Ferreira

M

2019



Resumo

A simbiose cultura e educação tem vindo a ser entendida como uma das possibilidades de estudo das Ciências da Educação (CE) e uma potencial área de intervenção. Compreender este tipo de relação num contexto municipal exige um trabalho que relacione, cuidadosamente, as práticas culturais da instituição, o executivo, a chefia, a equipa técnica e as suas relações, as associações, instituições e a população, em geral. As potencialidades da cultura num município vão além do trabalho burocrático que antecede a concretização de uma atividade ou evento. Desta forma, e ao longo de todo o processo, importa realçar o diálogo, comunicação e participação como ferramentas que contribuem para o sucesso das relações e, consequentemente, o sucesso dos projetos pensados. Foi com base nesta perspetiva que realizei o meu estágio do Mestrado em Ciências da Educação (MCED), no domínio da Educação, Comunidades e Mudança Social.

O estágio aconteceu numa Câmara Municipal do Distrito do Porto (CM), na divisão de Cultura e Turismo (DCT). Neste contexto, foi possível compreender se e de que forma a agenda cultural constitui um importante fator de atração da população e como é elaborado um calendário cultural que permite o encontro com experiências que promovem uma ocupação enriquecedora dos tempos livres e uma apropriação do espaço cultural comum que o Concelho oferece.

Inicialmente, esta investigação ao serviço da intervenção assentou na definição de um caminho metodológico, com base na problemática elaborada através da leitura, estudo e análise de vários autores que permitem esmiuçar temáticas subjacentes a este estágio.

Após uma exploração concetual do tema cultura, na sua forma abrangente, passa-se a uma caracterização e apresentação do Concelho onde decorreu o estágio, bem como do serviço que o acolheu. Posto isto, descrevo o estágio e as ações desenvolvidas ao longo da permanência no terreno, bem como efetuando, progressivamente, um levantamento das potencialidades e constrangimentos da minha intervenção e das aprendizagens que esta viria a gerar. Daqui resulta uma maior reflexão sobre os eventos que aconteceram ao longo da estada no terreno, não descurando o calendário cultural proposto anualmente pela instituição.

Para além do trabalho em gabinete, onde privilegiei a observação participante, faço uma análise do trabalho mais prático, sendo recolhidas informações no contexto onde está a ser desenvolvida cada atividade. Todas estas dimensões e vários ambientes de intervenção, contribuíram para o enriquecimento do meu estágio, como conjunto de experiências, vivências e aprendizagens, que aqui se reporta e sobre as quais reflito, atendendo a que emergem de um contexto desafiante na área das CE.

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento não podia deixar de ser à minha família, realçando os meus pais, pelo carinho, acompanhamento e investimento que demonstraram ao longo do tempo. A toda minha família um obrigada do tamanho do mundo por acreditarem em mim e nas minhas capacidades.

Logo de seguida, um agradecimento à Professora Eunice Macedo que acompanhou este caminho e proporcionou uma orientação fundamental. Embora não nos conhecêssemos anteriormente, agarrou comigo este projeto e foi capaz de me abrir horizontes e fazer pensar no futuro.

À instituição que me recebeu de uma forma acolhedora e a todos os profissionais com quem estabeleci contacto e relações. Permitam-me realçar a Chefe de Divisão e as técnicas de Ação Cultural com quem partilhei o dia-a-dia e foram um pilar para o desenvolvimento deste estágio. Não há palavras para descrever a forma como me trataram e me envolveram em todo o trabalho.

Às minhas amigas, um agradecimento pela paciência e pela generosidade que demonstraram desde o primeiro dia. À distância de uma chamada ou de uma mensagem foram um grande suporte, principalmente nos momentos mais difíceis.

Aos Pequenos Cantores e à Universidade Sénior, agradecer a força e confiança que depositaram em mim, quando acreditaram que este trabalho seria uma mais-valia para o meu enriquecimento pessoal e profissional. Obrigada por fazerem parte deste caminho e serem pessoas tão generosas.

A todos e todas aqueles/as que fazem parte da minha vida.... Obrigada! Este projeto também é, um bocadinho, vosso. Obrigada por nunca me deixarem desistir e por me fazerem acreditar, todos os dias, que sou capaz!

Abreviaturas

CE – Ciências da Educação

CM – Câmara Municipal

DCT – Divisão de Cultura e Turismo

Índice

Introdução	7
Capítulo I – O caminho teórico: contextualização teórica dos conceitos básicos fundamentais	10
• Conceito de Cultura	12
• Políticas Culturais	14
• Participação	17
• Gestão Cultural	18
• Evento Cultural	20
Capítulo II – Construindo a teoria do método: fundamentos, instrumentos de pesquisa e técnicas de análise	23
• Investigar e intervir em Ciências da Educação	24
• O paradigma de intervenção	32
• A investigação ao serviço da intervenção	35
• A ética na intervenção educativa	42
Capítulo III – Construindo e explorando caminhos – do ideal de ação à sua contextualização	45
• Construindo e explorando caminhos	46
• A entrada no contexto e a construção de um conhecimento da equipa técnica	47
• Tempo de observação	51
• Participação na realização de eventos	53
○ Festa do Brinquedo	53
○ Alma do Fado	56
○ Aldeia de Natal	58
○ Ciclo de Concertos de Natal e de Reis	60
• O papel da avaliação no contexto de estágio: aprendendo a importância da avaliação de projetos	63
• Um caminho trilhado – constrangimentos e possibilidades institucionais.....	73
Capítulo IV – Reflexão do caminho percorrido – Considerações Finais	82
Referência Bibliográficas	87

Introdução

O presente relatório de estágio centra-se no trabalho desenvolvido no Gabinete de Ação Cultural duma Câmara Municipal do Distrito do Porto (CM). O estágio curricular decorreu no período entre 18 de setembro de 2018 e 20 de fevereiro de 2019, com a duração de cerca de 340 horas, tendo incorporado além disso reuniões protocolares com a instituição em questão. O estágio teve também uma preocupação investigativa na busca de compreensão e conhecimento do programa cultural da instituição, bem como da participação da população nessa proposta. Este estágio surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social e propõe um olhar educativo face à cultura, em geral, e à visão cultural deste município. Foca-se, em particular, o que concerne ao desenvolvimento de atividades culturais/ educativas dirigidas à população, assim como a participação desta no calendário proposto.

O interesse por este foco resulta não só da pertinência desta temática inerente aos órgãos de poder local, nos estudos em Ciências da Educação, mas também das motivações pessoais que foram trabalhadas ao longo do tempo. Estudar e trabalhar as questões educativas num contexto cultural, veio a ser um desafio nesta fase final dos estudos, saindo da minha zona de conforto e abrindo um leque mais vasto de interesses pessoais aliados às possibilidades de estudo nesta área. Desviar o olhar da educação formal e dos contextos educativos a ela subjacentes, foi um objetivo por mim estabelecido para o mestrado escolhido, a fim de me desenvolver mais a nível pessoal e profissional.

No levantamento feito dos vários locais de estágio possíveis, a CM realçou-se pelo seu discurso institucional. A Divisão da Cultura e Turismo enaltece a interação com a população do Concelho, recorrendo a contribuições para a compreensão pública da cultura, assente na liberdade cultural e na pluralidade. Neste sentido, afirma a preocupação com a “cooperação com todas as freguesias e associações do território municipal para a promoção e divulgação, nacional e internacional, da cultura e património do concelho (...).” (CM, 2017) Desta forma, compreende-se a importância da produção de eventos culturais nos municípios para o desenvolvimento social, cultural e económico das autarquias.

Atualmente, é inquestionável a força dos eventos culturais na dinamização das cidades bem como na projeção dos municípios graças às suas características particulares e a uma visão alargada do conceito de cultura, que passa de uma visão de cultura erudita

a uma visão da cultura como culturas, incluindo as culturas populares. É, neste seguimento, que a Educação e as Ciências da Educação têm um papel fundamental a assumir para o sucesso destes eventos culturais. A ambição de aliar a educação ao espectro cultural constitui-se como uma principal premissa que informou o estágio e o relatório sobre o mesmo, que aqui se apresenta. Eventos como a “Festa do Brinquedo” e a “Aldeia de Natal” funcionam como eixos centrais do estudo, uma vez que foram atividades acompanhadas desde o seu planeamento, à execução e, posterior, balanço. Porém, outras atividades fizeram parte da permanência no terreno e ajudaram a compreender as visões e o funcionamento do contexto e da equipa que o compõe. O pressuposto do trabalho realizado no estágio foi, portanto, a abordagem educativa em torno deste certame cultural.

O encontro da prática profissional com a teoria académica revela-se fundamental para a elaboração e validação deste relatório de estágio. A partir deste pressuposto, o presente trabalho associa o confronto de ideias e ensinamentos a uma reflexão cuidada sobre a atividade de aprendizagem profissional realizada. Este relatório visa expor a experiência obtida através do estágio, sendo que a estrutura deste trabalho procura dar resposta a esse objetivo. Assim, irão compor este trabalho final um conjunto de capítulos cujo conteúdo básico passo a enumerar. No capítulo I será explorado o campo teórico, salientando e definindo os conceitos que se associam a este estágio. O capítulo II relaciona a teoria do método com as opções metodológicas utilizadas no terreno. O capítulo III representa um olhar mais prático sobre a intervenção no contexto e uma análise do trabalho desenvolvido. Por último, o capítulo IV permite uma reflexão crítica do caminho percorrido, com as considerações finais.

Em suma, a abordagem a este estágio resulta de uma tentativa de aproximação de carácter mais antropológico, em busca de uma forte proximidade através da presença no contexto que permita uma compreensão mais profunda acerca da sua cultura institucional, procurando vencer a relação de exterioridade e construir uma visão da instituição e da sua agenda, a partir da minha participação no seu interior. Assim, a área de atuação do estágio alude ao processo de planeamento e organização de eventos culturais, em sintonia com uma ênfase no carácter educativo dos mesmos, procurando perceber *se e como* a agenda cultural do município prevê e possibilita o envolvimento e participação das populações nos eventos que realiza, e *se e como* estes possuem um carácter educativo. O estágio pretende, pois, possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos nas áreas das Ciências

da Educação (CE) neste domínio, auscultando também possibilidades de inserção profissional das pessoas mestres em CE.

Capítulo I: O caminho teórico: Contextualização teórica dos conceitos fundamentais

A Cultura e a Educação surgem como temas intimamente ligados e que podem ser trabalhados através de um olhar filtrado pelas Ciências da Educação. Neste âmbito, pensar a Cultura e a Educação num contexto municipal é um desafio. Pretende-se pensar na forma como são desenvolvidas as políticas culturais, como é organizado o programa cultural do município em questão e de que forma é que as pessoas participam, ou não, nas propostas feitas ao longo do ano.

O estágio implicando estudo e estadia no terreno neste contexto específico, a Câmara Municipal, terá como base teórica alguns conceitos que lhe dão sentido e que o tornam rico no campo das Ciências da Educação. Pretende-se que este enquadramento teórico relacionado com a prática na instituição não desprenda nenhum dos conceitos, mas sim que os associe de forma a resultar num aprofundamento de ideias e consolidação de conhecimentos.

Ao focar as atenções na divisão Cultura e Turismo torna-se inevitável falar de eventos culturais, de programas, de projetos que dão vida ao principal foco do estágio: a cultura. Desta forma, existe uma motivação a problemática dos eventos e os consumos culturais, associados à comunidade envolvente e a sua adesão/aceitação.

Permitindo contextualizar teoricamente esta questão, Azevedo (2004), afirma que as autarquias estão responsáveis pela dinamização de equipamentos e infraestruturas locais tendo como principal preocupação a satisfação das necessidades da população. Esta preocupação está patente não só nos discursos políticos como nas próprias políticas municipais, onde os poderes públicos são os protagonistas.

Numa fase inicial, importa ter consciência que os eventos são acontecimentos que revelem uma preparação e uma execução num local e data definidos que, pelas suas características, envolvem um grupo ou comunidade com vista à integração, difusão e sensibilização entre o participante no evento e o objetivo que se pretende alcançar. Intimamente ligado a esta ideia, está o conceito de consumo cultural que explora o grau de frequência dos indivíduos em iniciativas culturais, que se traduzem nos seus hábitos de lazer. A existência de mais tempo livre por parte da população, a frequência da escola, o aumento do consumo de bens culturais e entretenimento, são alguns dos indicadores que têm comportado “(...) a difusão de novos padrões de lazer e de comportamento em espaço público” (Silva, 2000:121). Esta ideia reflete-se graças à concentração das populações nas cidades que obriga a repensar os investimentos públicos revelando a

pertinência do estágio, implicando estudo e aprofundamento de conhecimento nas áreas da cultura e turismo, no caso da Câmara Municipal. Aos olhos desta instituição, esta será uma oportunidade para afirmar e promover o que culturalmente a enriquece.

“A revalorização das artes e dos recursos culturais locais constitui hoje um elemento fundamental das estratégias de promoção e projeção da imagem das cidades nos mercados externos, assim como de reforço da identificação das comunidades locais”

(Abreu & Ferreira, 2003:3)

Desta forma, a aproximação das pessoas à cultura reflete os gostos pessoais que surgem como preponderantes na decisão de adotarem hábitos culturais nos tempos livres e de aderirem ao calendário cultural proposto anualmente. “Atividades de lazer são atividades realizadas no tempo livre de cada um e que possuem, em sua essência, o livre-arbítrio” (Canton, 2002:67). O acesso a estes produtos culturais revela a importância que a cultura assume na definição dos padrões de lazer dos indivíduos. Estes contributos teóricos são relevantes para um estágio que tem como foco o modo de pensar a cultura e como a mesma é posta em prática, pois ajuda a questionar de que forma as pessoas deste concelho se relacionam, ou não, com a oferta cultural deste mesmo município.

Conceito de Cultura

O conceito de cultura é essencial para abordar o tema complexo das políticas culturais, abrangendo a democratização da cultura, descentralização e participação cultural, associando tudo isto às expressões culturais de forma multidisciplinar e recorrendo às várias manifestações das artes.

A primeira ideia a ter presente sobre o conceito de cultura é o seu carácter polissémico e dinâmico, uma vez que este conceito bem como a cultura, na sua essência, está em constante evolução. Através de um olhar educativo, percebe-se que a cultura tem um valor educativo complexo, sendo impossível descolar a ideia de que a cultura integra os diferentes segmentos de população, tendo um papel fulcral no reforço da coesão e inclusão social. Assim, este conceito é estudado no âmbito das ciências sociais e humanas, onde é apresentado um vastíssimo leque de interpretações, discussões e valências.

O conceito de Cultura evoluiu ao longo dos séculos, graças ao estudo deste pelas áreas da antropologia e sociologia. As conotações simbólicas e expressivas do homem e

tudo o que dele provém, isto é, ideais, valores, costumes, tradições, foram caracterizadas como algo identitário de uma determinada cultura.

Recorrendo à origem etimológica da palavra, e segundo Pires (2004) e Eagleton (2000), cultura vem do latim *Colere* e estava relacionada com a área agrícola. Coulter, outra palavra que potenciou a origem da palavra *Cultura*, significava lâmina de arar. Estas palavras estavam associadas ao cultivo da terra e de colheitas que eram consideradas as mais comuns atividades humanas. Depois, o termo evoluiu para o cultivo do espírito humano, *Humanitas*, por Cícero e *Cultura Animi* por Horácio. Aristóteles, na obra *Ética*, realçava que a excelência do ser humano é atingida através da maximização das potencialidades da sua natureza.

“a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (...). Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como projeto inacabado, põe em questão as suas realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem”

(Conferência Mundial da ICOMOS, México, 1985:1)

Ribeiro (2009) realça o facto de que

“a cultura deve ser pensada como um sistema de interrelações dos membros de um grupo – entre si, mas também entre as suas práticas e memórias – (...); um horizonte em permanente revisão e reconstituição, onde também cabem aspetos variados das vidas das comunidades ou dos grupos”

(Ribeiro, 2009:22)

Por sua vez, Letria (2000) reforça esta ideia referindo que a cultura deve ser encarada como um projeto de desenvolvimento e de integração social. Deste modo, deve-se ter em conta a diversidade como fórmula potenciadora de gerar qualidade e estimular o sentido de criatividade e respeito pela diferença. “Afirma ainda que “a cultura não é nem pode ser encarado como um espaço isolado, autónomo ou feudalizado” (Ibidem:27).

Recorrendo aos estudos de Martelo (2006), este argumenta ainda que a cultura é um sistema complexo, uma vez que integra várias atividades e práticas, atitudes e comportamentos, valores, e promove as potencialidades de experimentação, inovação e criatividade, e de capacidades para responder aos desafios da realidade em evolução

constante (2006:5). Realça ainda o conceito de cultura e a própria Cultura é uma condição essencial do exercício da cidadania, determinante da liberdade e da autonomia dos cidadãos. Assim, é um fator fundamental de afirmação da identidade cultural dos territórios/comunidades locais (2006:43).

A cultura associa-se, então, ao conceito de cidadania sendo essencial para o exercício da mesma. Assim, espera-se que esta possibilite o desenvolvimento dos cidadãos e da democracia participativa, assente em políticas públicas que articuladas com instituições, associações e entidades culturais, permitam o diálogo, o intercâmbio de ideias, experiências, vivências, e valorizem o conhecimento de tradições, valores e modos de vida que caracterizam uma sociedade e um grupo social.

Políticas Culturais

Ao longo dos anos, neste município verifica-se um forte incremento na política cultural, de promoção e organização de eventos culturais, situação que deriva da “(...) importância que as dinâmicas culturais vêm progressivamente assumindo no desenvolvimento dos concelhos é também significativa do ponto de vista da imagem que estes procuram transmitir para o exterior” (Gomes, Lourenço & Martinho, 2006:21). É neste contexto que os eventos contribuem, decisivamente, para a competitividade do espaço urbano, ajudando na organização da vida e do espaço público, fortalecendo a intervenção nas políticas de planeamento com vista a extensão da oferta cultural e do seu efeito modelador nos estilos de vida das populações. Daí que seja interessante compreender de que forma a oferta cultural contribui para o desenvolvimento do concelho e para a vida pessoal e social dos munícipes.

Assim, pensar em política cultural não é, apenas, focar o olhar na programação de artes e/ou eventos, na gestão e preservação do património ou mesmo na configuração dos espaços culturais. Pretende-se desconstruir a forma metódica e formatada como são geridos os espaços culturais que acolhem as programações que podem cair numa simples produção de entretenimento e, conseqüente, consumo. Desta forma, compreender o conceito de política cultural é conhecer o seu planeamento e analisar a forma dinâmica como este é contruído e trabalhado.

É neste contexto que a cultura surge preponderante para o desenvolvimento da sociedade, sendo esta

“(...)um sistema mutável forma e historicamente de atividades ou práticas e comportamentos; de meios e instrumentos, desde suportes e media a instituições e grupos formais ou informais; de artefactos, obras, produtos ou acontecimentos; através dos quais as sociedades, as classes e grupos sociais e os indivíduos humanos, em determinadas condições sócio históricas produzem sentidos, ou seja dão sentido à sua vida, à sua relação com os outros e ao mundo em que habitam”

(Santos, 2002:97)

Nota-se a importância que o património, os hábitos e costumes assumem para o potencial da oferta cultural do contexto onde se inserem.

De acordo com esta ideia, considero importante fortalecer o tecido cultural, através da estruturação e investimento dos equipamentos e de redes culturais. "A pluralização e a diversificação das iniciativas e dos públicos, e a promoção de oportunidades e encontros recíprocos, podem constituir dois bons objetivos de uma política cultural" (Silva & Santos, 2010:116), existindo um crescimento paralelo entre o alargamento do público e o aumento dos produtores culturais, estabelecendo o equilíbrio no campo cultural.

Para a concretização destas políticas, salvaguarda-se a questão de democratização cultural, uma vez que se pretende que o acesso à cultura esteja ao alcance de toda a população e não só de alguns. Assim, as políticas públicas devem favorecer e fortalecer o exercício da cidadania e da inclusão social que promovam a adesão do maior número possível de população.

Com base no documento oficial da Conferência Mundial sobre políticas culturais, compreende-se que a democratização cultural tem como pilar uma política cultural sustentada, realçando a relação entre cultura, comunidades, população, e a descentralização de espaços culturais. Desta forma, pretende-se garantir a participação dos indivíduos na vida cultural e o próprio acesso à cultura. O mesmo documento recorre à Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece, no seu artigo 27, afirmando “que toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que deles resultem. Os Estados devem tomar as medidas necessárias para alcançar este objetivo.” (Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, 1985:3).

Na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (México, 1985), foram afirmados solenemente os seguintes princípios que devem reger as políticas culturais: Identidade Cultural, Dimensão Cultural do Desenvolvimento, Cultura e Democracia, Património Cultural, Criação Artística e Intelectual e Educação Artística, Relações entre Cultura, Educação, Ciência e Comunicação e, por último Cooperação Cultural Internacional.

“As políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesse público e privado, vocação pública e institucionalização da cultura. Uma excessiva institucionalização, ou a excessiva prevalência do mercado único distribuidor de recursos culturais, comporta riscos e levanta obstáculos ao desenvolvimento dinâmico dos sistemas culturais. A iniciativa autónoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades e movimentos sociais (...)”

(Agenda 21 da Cultura, Fórum Universal das Culturas, 2004:4)

Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002), as políticas culturais são catalisadoras da criatividade e devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados.

Neste sentido é primordial implementar políticas culturais que sejam promotoras da diversidade cultural, participativas e abrangentes. Estas devem permitir a mudança, o desenvolvimento cultural das cidades e a transformação urbana e social, sempre com uma visão alargada e assente no desenvolvimento de acordo com as suas características locais e nunca esquecendo as dimensões políticas, sociais e económicas. O objetivo será encontrar soluções para desenvolver processos de planeamento estratégico para a cultura. Parece, então, pertinente uma implementação de políticas culturais locais, com base num diagnóstico de avaliação local das políticas culturais em diversas áreas de intervenção.

Assim, a política cultural deve valorizar o desenvolvimento do tecido cultural, de modo a conseguir um equilíbrio dinâmico entre a defesa e valorização do património cultural, o apoio à criação artística, a estruturação de equipamentos e redes culturais, a aposta na educação artística, na formação dos públicos e na promoção da identidade cultural local.

As políticas culturais no âmbito autárquico deveriam assentar em alguns princípios e/ou pilares tais como: a descentralização, incentivo à participação, apoio ao tecido associativo e artístico, formação de públicos, apostando em atividades

diversificadas permitindo a projeção e os valores locais, identidade coletiva, assim como o estímulo à criatividade.

Participação

A comunidade surge, neste processo, como protagonista. É fundamental o envolvimento da população na própria construção das práticas culturais. Torna-se primordial que os grupos da comunidade local, sejam agentes ativos no próprio desenvolvimento, capazes de demonstrar os seus desejos, necessidades e insatisfação. Assim,

“a participação das associações é vital para a quase totalidade das políticas municipais, primeiro porque são geradoras e organizadoras de grande parte dos eventos, segundo porque são depositárias de tradições, depois porque mobilizam públicos próprios e, last but not the least, porque trazem notoriedade, prestígio e influência essenciais para os processos de legitimação política.”

(Silva, 2007:26)

Para garantir a participação dos indivíduos na vida cultural, desde o processo de tomada de decisão e planejamento, as cidades devem envolver as próprias pessoas nas propostas criativas e culturais e não, apenas, apresentar um calendário anual de atividades, com vista a gerar impactos significativos.

Para Silva (2007), “o acesso das populações aos bens culturais vem sendo uma preocupação largamente dominante, em câmaras municipais de diferente coloração política (...) – não do lado de “fazer cultura”, mas sim do lado do “aceder à cultura” (Silva, 2007:25). Esta notória preocupação permite uma valorização e uma relação com agentes, instituições e/ou associações que desenvolvem atividades culturais, sejam elas de que expressão cultural for.

Assim, compreende-se que os municípios têm um papel crucial de mediação cultural, devendo apresentar uma visão política empreendedora que promova a vitalidade e a coesão social. Desta forma, ter bem presente a noção de cultura é não descorar a intervenção cultural baseada na inovação, cidadania e participação.

Os municípios deverão ser entidades públicas dinâmicas que apresentam projetos de diferentes tipologias, podendo satisfazer a totalidade da população, envolvendo os cidadãos e agentes culturais locais e potenciando a divulgação e promoção cultural.

Martelo (2005) recorda a necessidade de “dinamizar e apoiar o associativismo como instrumento privilegiado para promover o envolvimento e participação dos cidadãos, assim como programas de apoio integrado ao associativismo” (2005: 47). O autor refere ainda a “importância dos projetos e agentes culturais cuja intervenção se situa no âmbito da preservação, valorização da cultura popular e tradicional, como forma de favorecer e estimular a participação ativa das populações” (Ibidem:47). Para o autor, os municípios têm um papel determinante na liderança dos processos de desenvolvimento local e na cooperação que estes devem abranger. Desta forma, o apoio e incentivo dado aos agentes culturais locais são fundamentais nas questões de participação e cooperação.

O associativismo deve ser encarado como um instrumento dinâmico de promoção e de envolvimento e participação dos cidadãos, que potencie as trocas de experiências, conhecimentos entre os vários agentes e produtores culturais. Esta partilha deve privilegiar projetos, atividades e eventos culturais que resultem da participação coerente das associações e/ou instituições culturais. A forma como os cidadãos participam na vida pública e se envolvem nos projetos culturais vem a fomentar a criatividade e o carácter empreendedor no que toca à preservação da herança cultural e patrimonial e da tradição.

Cabe ao município definir linhas orientadoras e programáticas, devidamente transparentes, que possibilitem uma atribuição de apoios às associações culturais do concelho, tendo presente que os apoios não são exclusivamente monetários, mas também de carácter logístico.

Gestão Cultural

“... gestão cultural é o termo utilizado para designar um vasto conjunto de práticas relativas à gestão de organizações culturais e atividades culturais para alcançar uma variedade de finalidades, incluindo a produção, distribuição, exibição, educação e outras atividades relacionadas dentro de uma variedade de setores, incluindo organizações sem fins lucrativos ou com fins lucrativos e o público.” (DeVereaux, 2009, p.155)

O conceito Gestão Cultural, inserido na noção de cultural e tendo em conta a sua amplitude, permite um facilitismo organização das atividades artísticas e culturais.

Chong, (2010) defende que a maioria das pessoas das indústrias criativas quando utilizam o termo de gestão cultural referem-se, sobretudo, às funções puramente administrativas de uma instituição ou organização artística, deixando de parte a gestão prática que envolve a produção de arte e de cultura.

Inevitavelmente, quando se fala de Gestão Cultural pensa-se num gestor cultural que, segundo Byrnes (2003), é caracterizado por ser responsável por este tipo de gestão, pelo desempenho do trabalho de uma ou mais pessoas e pela disponibilização de recursos humanos e materiais para a instituição em causa alcançar os seus objetivos propostos. Um gestor cultural deve ser capaz de gerir a sua capacidade de liderança e coordenar pessoas ao serviço das artes e da cultura.

Segundo Byrnes, (2003), no âmbito da Gestão Cultural existem quatro processos que facilitam o funcionamento de uma instituição e que são a base da relação de trabalho entre os profissionais: planejar; organizar; liderar; controlar. O mesmo autor (2003) caracteriza os diferentes processos que devem estar na essência deste tipo de gestão.

Planejar consiste em definir o que é para fazer, determinando e definindo objetivos realistas. Será o primeiro passo, o passo inicial, o ponto de partida. Como o mundo está em constante mudança o processo de planeamento é essencial, de forma a adequar o plano às características atuais. O gestor cultural é fundamental para conhecer as oportunidades e ameaças que essas mudanças representam para as instituições.

Organizar é o processo de converter os planos, delineados antecipadamente, em ação, definindo como é que deve ser feito, definindo e recrutando os recursos humanos necessários, bem como todos os outros recursos, criando um orçamento.

Liderar é tomar decisões para a realização do trabalho de equipa, que deve ser orientado tendo em vista a mesma missão e objetivos. Normalmente, a sentido de liderança concentra-se no gestor cultural que assume essa posição face à equipa que coordena.

Controlar consiste em monitorizar o desenvolvimento do trabalho, verificando os resultados em função dos objetivos, tomando medidas corretivas se necessário e garantir que o processo está a ser cumprido.

Evento Cultural

Segundo Duarte (2009), um evento é definido como uma celebração que envolve um acontecimento especial, na medida, em que se refere a um marco propositado, planeado e organizado. Desta feita, falar de um evento pode tomar a forma simplista de caracterizar um jantar entre amigos, uma ida ao cinema ou a um festival de música. Estes são exemplos do quotidiano em que, na sua essência, consistem na descrição de um evento que pode ter como objetivo celebrar acontecimentos de natureza comercial, cultural, desportiva, social, familiar, religiosa, entre outros. Os eventos culturais distinguem-se do conceito isolado de evento porque possuem uma característica distinta: a relação com alguma das artes. Segundo o mesmo autor (2009), compreende-se por artes a música, pintura, escultura, cinema, a representação, onde ainda se podem englobar as peças de teatro, os festivais, concertos e espetáculos de música, feiras artísticas, entre outros.

Tendo em conta esta panóplia de possibilidades de concretizar um evento cultural, nos últimos anos, assiste-se ao aumento acentuado dos mesmo que decorrem em múltiplas cidades e, em muitos casos, promovidos pelo próprio Município e pela CM em questão. Segundo Quinn (2005), estes eventos animam as comunidades, celebram a diversidade e melhoram a qualidade de vida. Este tipo de eventos desenvolvidos em várias alturas do ano e promovidos pela autarquia, passam por uma Gestão Cultural que pretende promover o desenvolvimento local e regional. De um modo geral, um evento cultural foca-se na originalidade e inovação da produção cultural aliado ao ambiente em que este decorre. Entende-se que o evento cultural deve ser pensado e concretizado de forma coerente e que vá ao encontro da cultura do próprio contexto. Segundo Herrero, Sanz, Bedate e Barrio (2011), este tipo de evento é um processo que envolve a criação de experiências culturais, direcionado não apenas para os turistas atraídos pela cultura, mas, principalmente, para os residentes que têm uma alternativa às atividades de lazer urbano e uma oportunidade de melhorar o próprio sentimento de pertença e participação.

Várias instituições, nomeadamente instituições públicas, recorrem aos eventos culturais como estratégias para fortalecer a relação com os residentes e atrair novos participantes, encorajando-os a tornarem-se visitantes mais regulares. Os eventos culturais, embora sejam organizados para um certo período de tempo e num determinado

local, pretendem que sejam distinguidos das atividades rotineiras que se realizam com mais frequência. Segundo Rentschler (2004), o segredo dos eventos culturais é a possibilidade de descobrir o justo equilíbrio entre encontrar novos visitantes e continuar a seduzir os existentes.

Seja de que âmbito for, os eventos podem ser considerados como uma ferramenta de gestão para atrair participantes aos diversos contextos. Desta forma, estes devem ter uma programação relacionada com a procura e fiel à essência do próprio evento. Assim, a instituição cultural e os gestores culturais devem ser capazes de delinear o evento compreendendo as necessidades e interesses das pessoas, para que aquilo que é produzido vá ao encontro ao que é desejável, não só por parte da organização como das pessoas que usufruem do mesmo.

Compreende-se que, naturalmente, deve existir uma simbiose entre a criação de infraestruturas, a articulação com a educação e as demais áreas de intervenção social e o convite à participação coletiva e ao estabelecimento de parcerias ativas. “O conhecimento sobre a comunidade local é um pré-requisito e um prelúdio às decisões sobre que tipo de ações servem os objetivos e interesses da comunidade e que indivíduos, grupos e contexto são mais centrais” para a intervenção (Trickett, 2009, pp. 397).

O levantamento e identificação das necessidades da população e dos públicos a que se destinam as atividades é fundamental e dão sentido a toda ação que se desenvolve. Conhecer a população bem como os seus gostos culturais permite saber qual é a oferta que deve ser disponibilizada. As associações, a administração pública, as entidades privadas, empresas produtoras de atividades culturais, os grupos amadores, as fundações e as instituições público-privadas os agentes locais que influenciam o panorama cultural, que é vivido numa determinada comunidade devendo ter o direito de opinião face às decisões a nível local.

Após uma análise clara das potenciais ações culturais, acredita-se que resultará uma oferta cultural diversificada que será capaz de determinar a atratividade de um espaço e dará resposta aos desejos, ambições e necessidade da comunidade local e de possíveis visitantes e participantes. Assim, a oferta cultural e os próprios eventos podem ser constituídos por vários tipos de atividades como o teatro, o cinema, a música, que devem estar capazes de se adaptar aos mais variados tipos de público, de forma a que esta seja mais atrativa e benéfica para todos os indivíduos. “(...) a dimensão da oferta cultural é

muito importante na formação de hábitos e dos gostos” (Silva, et al., 2002:113). São estes eventos como iniciativas culturais capazes de captar a atenção, e dinamizar os equipamentos, promovendo novas visitas não só ao património edificado como aos recursos naturais que o contexto oferece.

O gradual reconhecimento da cultura, no domínio de intervenção, onde atuam as políticas públicas pelos organismos da administração central e local, ilustra a importância do investimento nessa área e o aprofundamento deste no campo da educação.

Capítulo II: Construindo a teoria do método: fundamentos, instrumentos de pesquisa e técnicas de análise

I: vou dizer uma coisa aqui que deve ficar aqui.

Não precisa de meter nos seus apontamentos!

(Nota de terreno, 29 de outubro, 2018)

Investigar e intervir em Ciências da Educação

Ao longo do processo de estágio, compreende-se a necessidade de equacionar a relação que existe entre as questões ligadas à investigação bem como à intervenção, uma vez que ambos os conceitos assumem relevância na produção de conhecimento, nas ciências sociais, em geral, e nas ciências da educação, em particular. Tratando-se este relatório de uma produção de conhecimento face a um processo de investigação e intervenção num contexto específico, a CM, torna-se pertinente recorrer, ao longo deste capítulo, a contributos importantes de alguns dos/as autores/as estudados ao longo da licenciatura e mestrado em CE.

Aproveitarei os contributos de autores/as como Bernard Charlot (2006), na medida em que permite um olhar sobre o “prático” e a apresentação de resultados, Michel Foucault (1975), pois permite teorizar sobre os factos como fenómenos sociais, de Émile Durkheim (2001) no que diz respeito à ideia de que os fenómenos sociais devem ser pensados pelo social. No que diz respeito a Pierre Bordieu (2001), alerta-nos para a ideia de poder que pode conduzir à reprodução social, apresentado o conceito “habitus”, Rosa Nunes (2005, 2009) teoriza sobre a linguagem e a produção do discurso e recupera Boaventura Sousa Santos para fundamentar as questões linguísticas nos processos de participação. Por último, Sandra Harding (1986) demonstra o seu contributo nas questões da inclusão, realçando o seu pensamento feminista que ajuda a pensar a atividade social.

Recorrendo a estes/as autores/as, é possível questionar qual é o objeto de estudo das Ciências da Educação ou que facto são tidos em consideração para refletir e produzir conhecimento relacionados com educação. No contexto em que desenvolvi o estágio importa estabelecer esta relação teórica com o foco no calendário cultural produzido na CM e perceber de que forma é que este é construído e posto em prática. Deve-se, portanto, distinguir os objetos que pertencem ao domínio das CE e os factos que se manifestam para investigar esta área. Ou seja, importa recolher informações sobre factos relacionados com o contexto, que permitam o estudo na área das CE. No caso do estágio desenvolvido, tornou-se fundamental a recolha de dados para, posteriormente, serem analisados e utilizados para produzir conhecimento.

Ao longo de várias discussões e leituras diversas, a minha reflexão começa a surgir com a questão se é ou não possível haver rigor na produção de ciência, intimamente ligada a factos sociais? Considero que a simples opinião sobre um determinado assunto

desprovida de dados não pode ser intitulada de ciência. Isto é, tem que haver rigor e cumprimento de normas científicas para considerar que algo é ciência, por outras palavras, “se não há regras, ou se não há uma comunidade para controlá-las, não há mais pesquisa, há uma conversa de botequim sobre a educação” (Charlot, 2006:11), estilo que procurei evitar.

No que toca, aos já mencionados, factos sociais, considera-se a ideia de que as CE permanecem ligadas à psicologia e à sociologia, importando recuperar, dentro destes, os factos sociais que se relacionam com questões educativas. Sendo assim, este estágio não descuro a ideia de que os factos sociais abrangidos pelo mesmo aliavam-se às questões educativas de quem pratica um olhar nesta perspetiva. Como futura profissional em CE, a dimensão educativa estará presente em todos os processos, realçando o seu carácter abrangente e dinâmico.

Porém, importa compreender que tipo de factos podem ser considerados sociais. Enfim, nem todos os factos podem ser considerados sociais por mais importância que tenham na sociedade. Durkheim (2001) ajuda a construir o pensamento nesta direção e preocupa-se não só com as crenças, mas também com as práticas que antecedem cada indivíduo e afirma “se existiam antes dele, é porque existem fora dele (Durkheim, 2001:30)”. Esta ideologia é fundamental para compreender as formas de agir, sentir, pensar e refletir considerando-se exteriores ao indivíduo, mas antecedentes a este. Este tipo de fenómenos são factos sociais uma vez que não têm lugar nos fenómenos “orgânicos” ou “psíquicos” do indivíduo (Durkheim, 2001:31). A explicação destes encontra-se no que se entende pelo social e “o termo social só tem sentido definido com a condição de designar unicamente os fenómenos que não entram em nenhuma das categorias de factos, já constituídas e denominadas” sendo, portanto, “o próprio domínio da sociologia” (Durkheim, 2001:31). As CE apoderam-se deste âmbito para relacionar os factos sociais com as questões educativas. No caso do estágio na origem deste relatório relacionam-se os factos sociais com o carácter educativo que estão associados aos mesmos. Abre-se, então, a possibilidade de pensar as iniciativas culturais propostas pela CM como factos sociais que englobam a dimensão educativa, na forma como são pensados.

No seguimento da teoria deste autor, surge a ideia de que os factos sociais têm que ser analisados pelo social e não pelo individual. Observa-se, portanto, uma rutura com outras ciências não deixando a ciência de ser valorizada, tendo um papel fundamental na

criação de leis gerais para se conhecer os fenómenos e processos relacionados com a natureza, sociedade e o indivíduo. Durkheim (2001) centra a sua preocupação numa proposta de metodologia, ou conjunto de procedimentos que tornem o conhecimento sólido. Identifica-se, com base neste autor, a ideia de que o facto social difere das manifestações individuais, isto é, acontecimentos dependem do indivíduo, mas não são propriedade do seu domínio porque acontecem independentemente de vontades individuais. São, então, considerados coletivos ou gerais numa certa sociedade.

“É um estado do grupo, que se repete nos indivíduos porque se lhes impõe. Está em cada parte porque está presente no todo, e não que esteja no todo por estar nas partes. Isto é sobretudo evidente nas crenças e nas práticas que nos são transmitidas já feitas pelas gerações anteriores.”

(Durkheim, 2001:35)

Esta ideia remete o pensamento para a tradição e os costumes que são transmitidos de geração em geração e que são muito valorizados na construção do calendário cultural da CM. Recuperar o que é tradicional e pertencente à história do Concelho faz com que sejam replicados factos sociais nos projetos desenvolvidos a nível cultural, numa lógica educativa.

Por sua vez, Charlot (2006) recorre ao discurso do “prático”, no qual acredita saber porque tem uma prática, argumentando que pode apresentar resultados, ao invés dos teóricos que “apenas sabem falar”. Para desprender o olhar das opiniões que a ciência produzida por profissionais ligados às CE não é uma ciência legítima ou “objetiva”, é importante recusar a ideia criticada anteriormente por Charlot (2006). Estes foi um dos passos que se procurou dar ao longo do estágio no contexto em estudo, em que se procurou escutar as perspetivas de práticos ligados ao campo cultural e da própria Ação Cultural, cruzando-as com os saberes teóricos a que aqui se recorre.

No entanto, é necessário encarar a prática não como um argumento, mas sim enquanto contexto de análise, isto é, estabelecer uma ligação entre as teorias e a prática. Assim, são desenvolvidas teorias para explicar os fenómenos que decorrem na prática. Trata-se de um trabalho de análise do contexto histórico, espaço-temporal, cultural, social, político em que se insere o facto ou objeto que pretendemos estudar. Após isso, podemos obter uma decisão mais justa, refletida, adequada e coerente. Foi isso que procurei fazer, inserindo-me no contexto de estágio onde permaneci durante vários meses, tendo passado pela DCT, mais propriamente o gabinete de Ação Cultural, bem como

pelos espaços onde decorreram atividades, com o objetivo de estabelecer uma maior aproximação à realidade.

Com estas preocupações, faz sentido apelar a Foucault (1975) que coloca algumas questões que podemos apenas endereçar quando formos capazes de considerar os factos, aparentemente, individuais enquanto fenómenos sociais, uma vez que se encontram inseridos num ambiente social que os contextualiza e influencia. No caso concreto deste estágio tive oportunidade de observar e de tomar parte de um conjunto de atividades/ eventos dinamizados por um serviço específico da CM, como espaço social onde pude questionar, com Foucault,

“O que é realmente esse fato, o que significa (...) ? Em que nível ou em que campo da realidade deverá ser colocado? (...)” Não mais simplesmente: Quem é o autor? Mas: Como citar o processo causal que o produziu? Onde estará, no próprio autor, a origem (...) ? Instinto, inconsciente, meio ambiente, hereditariedade?”

(Foucault, 1975:23)

Estas são algumas questões que devem ser consideradas, segundo o autor, para analisar e compreender as circunstâncias sociais bem como as pesquisas em educação. Várias disciplinas e/ou áreas de saber alienaram-se para ganharem uma certa autonomia e legitimidade. É imperativo, portanto, compreender os mecanismos que dizem respeito a um facto em análise estando várias disciplinas envolvidas neste processo. Todas estas que estavam em conformidade não tinham, necessariamente, como objeto de estudo o social, mas contribuía para o melhor funcionamento em sociedade e a compreensão do contexto.

Analisar um facto, um indivíduo e/ou um contexto, obriga-nos a ter consideração características próprias que uma ou outra dimensão possa assumir, que a distinga não só na sua história, como na sua identidade. Isto acontece quando, no decorrer do estágio, se faz um levantamento das características do contexto bem como dos atores que nele estão presentes. Isto é, conhecer as pessoas que estão ao serviço da divisão, analisar o seu percurso na instituição, conhecer o tipo de trabalho que fazem, entre outras informações que ajudam a criar uma imagem completa do que estudamos. Ter em conta que cada elemento possui características que o distingue dos restantes é compreender dimensões como a classe, o género, a etnia, a cultura, etc. Sobre este assunto, recorro a autores/as

como Bourdieu (2001) e Harding (1986). Estes dão conta destas diferenças, ajudando-nos a refletir sobre elas, distinguindo-se na forma como fazem.

Bourdieu (2001) centra o seu foco de atenção no poder de alguns grupos sociais por comparação a outros, acreditando na existência de reprodução social, uma vez que nem todas as culturas são consideradas válidas. Os mais poderosos, isto é, que possuem práticas e conhecimentos considerados mais válidos, encontram-se em vantagem em relação aos outros. Esta ideia é reproduzida, progressivamente, em vários contextos, onde são enaltecidos os poderosos bem como o seu conhecimento e reprimido tudo o que se relaciona com menos poderosos. Realça-se, neste autor, a preocupação com a sociedade bem como a sua estrutura. Assim, compreende-se que o problema está na diferença do capital, destacando-se o cultural, nesta dicotomia existente. É sobre este fenómeno que Bourdieu recorre aos conceitos “habitus”, poder simbólico, capital e violência simbólica, que se revelam fulcrais na explicação no processo de reprodução. Contudo, Bourdieu não defende a ideia de que os grupos mais desfavorecidos não possuem cultura, mas sim que essa cultura não é legitimada ou valorizada, sobretudo por instituições, destacando-se a escola. Importa, aqui, refletir acerca da sociedade que apresenta uma postura bastante castradora e determinista. Atualmente, apesar desta realidade mencionada existe aquilo a que chamamos de mobilidade social e individual, atenuando a negrura das ideias já referidas. Considero este autor essencial para refletir acerca do ideal de participação bem presente na instituição que acolheu o meu trabalho de estágio. Facilmente poderia cair no erro de associar a CM ao grupo mais poderosos na relação que é criada com a população, no geral. Contudo, as práticas implementadas nesta instituição contrariam esta ideia uma vez que valorizam todos os grupos sociais e destacam, sobretudo, o trabalho que é feito a nível cultural pelas associações do Concelho. Desta forma, a sociedade é implicada na prática e não existe demonstração de poder simbólico, referido por este autor.

No âmbito da inclusão e valorização dos vários grupos sociais, surge Harding (1986), outra autora que centra o seu olhar nas questões da inclusão e que nos leva a pensar que “what we took to be humanly inclusive problematics, concepts, theories, objective methodologies, and transcendental truths are in fact less than that” (Harding, 1986:15). Afirma, então, que nem todas as problemáticas ou teorias científicas, bem como as metodologias são inclusivas. Na verdade, a autora defende que todos esses produtos encerram, por outro lado, marcas individuais e objetivas de género, classe, raça e cultura, sendo que podemos encontrar essas marcas nas discrepâncias entre os métodos de

conhecimento e as formas de interpretar o mundo (Harding, 1986). No decorrer da análise do trabalho desta autora, ressalta as críticas feministas por ela esclarecidas. Os trabalhos das feministas focam a nossa reflexão na noção de identidade pessoal bem como às questões de gênero, relativamente ao modo são consideradas nas críticas e desenvolvimento sociais.

Neste sentido, como afirma Harding (1986), temos que teorizar o gênero, defini-lo como uma categoria analítica na qual os seres humanos pensam e organizam a sua atividade social. Assim, não o devemos considerar uma consequência natural ou uma mera variável social, desenhada individualmente pelas pessoas de diferentes formas, e de cultura para cultura.

Deste modo, as críticas feministas apontam que a ciência aparece como sendo fortemente ameaçadora da ordem social em termos de gênero, mesmo em sociedades como a nossa, onde o racismo, classismo e imperialismo também direcionam as nossas vidas, mesmo que apareçam de forma implícita, como por exemplo, sob forma do preconceito salarial ou até a nível escolar.

Harding (1986) assume-se como defensora da falsa neutralidade da ciência, argumentando que também a ciência possui um gênero. Esta autora percebe que não existe neutralidade científica, uma vez que a própria seleção de problemáticas na ciência não é neutra, assim como a escolha dos fenômenos, a interpretação e até a explicação ou discussão dos resultados. Coloca-se, assim, as questões de objetividade e neutralidade marcada pela classe, etnia, gênero e cultura, que constroem a experiência social. Isto mostra-nos como a ciência nunca foi nem nunca será neutra. Assim, as teorias feministas contribuíram para que fosse possível fazer-se novas questões acerca da ciência.

Quando analisada a teoria apresentada por esta autora, imediatamente salta à vista o conceito de neutralidade face à experiência social. Desta forma, compreende-se que as marcas individuais acabam por estar envolvidas no trabalho que é feito. No caso do serviço onde aconteceu o estágio, as perspetivas pessoais face a um evento estavam bem presentes no que toca ao processo do mesmo. Neste caso, a técnica pensa no projeto e constrói-o com um cunho pessoal. Inconscientemente, acaba por debruçar nele os gostos pessoais, as vontades e a sua própria intenção. A forma como cada uma das técnicas pensa um evento, reflete exatamente isso.

Porém, pensar na forma como as profissionais elaboram o seu trabalho leva a uma reflexão do meu próprio trabalho quanto estagiária e investigadora. Para tal, Rosa Nunes (2009), baseando-se nas perspetivas epistemológicas de Boaventura de Sousa Santos, propõe que, de modo a que o/a investigador/a não seja mais um impulsionador de diferenças, comece por conceder uma maior importância ao domínio da linguagem, durante a qual existe também a possibilidade de exercermos violência simbólica. Assim, Rosa Nunes (2001) e Boaventura de Sousa Santos parecem ser outros dois autores que percebem como a sociedade constrói uma falsa ideia de neutralidade da ciência.

A qualidade comunicativa da escrita de Boaventura de Sousa Santos, é elogiada por Nunes (2009) uma vez que esta parece tornar-se numa escrita de aproximação e numa escrita ética, que combate alguns tipos de desigualdade. Estas convicções dão origem a uma democratização da ciência e da linguagem, onde a própria linguagem assume um papel fundamental no rompimento com o senso comum bem como na conversão da ciência num conhecimento partilhado e não só para alguns.

Tal como Bourdieu (2001), Boaventura preocupa-se com as questões ligadas às desigualdades, provocadas também pela ciência, mesmo ao nível da própria produção do discurso. Boaventura vê-se, assim, inserido numa “modernidade em superação de si mesma” (Nunes, 2009:7). Ilustra-se uma combinação entre certeza e incerteza, tendo a consciência do outro presente, posicionando-se acerca da passagem de um paradigma moderno para um paradigma pós-moderno, ou seja, mais compreensivo, mais preocupado, mais complexo e mais interpretativo dos sujeitos, dando conta das diferenças. Nas palavras do próprio, este deseja

“ver se é possível realmente descodificar esse conhecimento hermético e privilegiado, numa forma de conhecimento que possa contribuir para a construção de cidadanias mais ativas, de formas mais inclusivas de democracia e, portanto, de participação”

(Boaventura in Nunes, 2005:58)

Boaventura, tal como muitos outros autores, insere-se numa espécie de movimento designado *slow science*, na qual o conhecimento avança de forma lenta, pois é prudente e refletido, de modo a resultar numa melhor qualidade de vida das pessoas, das instituições e contribuir para a vida em comum.

O mesmo deve acontecer nos processos de mudança que, por exemplo, a CM ambiciona. Tendo em vista a melhoria das condições do serviço, seja na própria essência da DCT, seja em mudanças menos significativas como é o caso de mudanças nos eventos, estas devem acontecer ao ritmo que for possível potenciar momentos de democracia e de participação. Isto é, as mudanças que se revelam necessárias devem ser produzidas num ambiente em que todos participem e colaborem para as mesmas e não olhem para elas como algo castrador ou impositor. Aqui, a linguagem é fundamental por quem toma a iniciativa de propor a mudança. Tomemos como exemplo uma mudança proposta pela chefe de divisão a um técnico que organiza um evento. A linguagem que esta usa para sugerir a alteração não deve conter um carácter pejorativo, mas sim uma perspectiva de melhoria. Esta preocupação foi tida, por mim, enquanto estagiária quando iniciei a elaboração deste relatório. Tendo em conta que a linguagem utilizada por mim seria fundamental para compreender as ideias que quero aqui passar.

Desta forma, recupero a linguagem como parcela fundamental no combate a uma comunicação não elitista que desenvolva um conhecimento partilhado. Daqui resultam perspectivas mais inclusivas de democracia e de participação.

A proposta do autor em questão, resulta no facto da ciência se tratar de um conhecimento que deve contar com vários tipos de realidades. Sendo assim, a linguagem usada pelo/a investigador deve ser perceptível num número alargado de pessoas e não num pequeno núcleo. Sendo assim, enaltece-se a importância da qualidade estética da linguagem para a produção científica.

Uma questão que subjaz a esta noção de escrita prende-se com a liberdade e o rigor por parte das regras e normas científicas. Sobre este assunto, Nunes argumenta que “é quando encharca a realidade de emoção que, no seu texto, acontece um explosivo de significação” (Nunes, 2009:6), defendendo a ideia de que a emoção não prejudica a ciência, mas pode conferir-lhe significado. Assim, não deve ser proibido o envolvimento pessoal em favor da neutralidade. Na verdade, Bourdieu (2001) acredita que a neutralidade acaba por acentuar ainda mais as diferenças. Neste seguimento, a produção científica apodera-se do senso comum para, posteriormente, fazer uma rutura com ele, isto é, acontece um desmistificar e uma desconstrução do senso comum pela ciência, devendo os/as produtores/as científicos serem o mais modestos possível.

Sendo este relatório uma imagem espelhada das vivências, experiências e aprendizagens no contexto, associo-o à relação que Nunes (2009) faz entre a realidade e a emoção.

O paradigma de intervenção

Tendo em conta o foco e objeto definido, compreender de que forma é pensado o calendário cultural da CM e que processos estão associados a este, é primordial pensar numa intervenção significativa e contextualizada. Desta forma, é necessário estabelecer pontes para a definição de um plano adequado, articulado às necessidades, aos recursos e às expectativas de determinado contexto. Posto isto, importa ter em consideração o meu stand point (Harding, 1986), isto é, o meu ponto de vista, informado pelo meu percurso individual e enquanto estudante em processo de formação, numa fase de conclusão de mestrado. Partindo da ideia de que devo adaptar o meu posicionamento a uma perspetiva compreensiva e abrangente dos indivíduos e dos fenómenos sociais, esta foi a opção tomada na entrada no contexto – uma Câmara Municipal de uma cidade nos arredores do distrito do Porto - e em todo o trabalho desenvolvido, que, como referi, inclui o envolvimento nas dinâmicas do serviço de Ação Cultural da CM bem como na concretização do programa cultural deste município. Assim, é possível captar uma grande quantidade de informação nas dinâmicas desenvolvidas com os diversos atores que atuam no contexto onde foi realizado o estágio.

Neste processo, existiu, sempre, o cuidado de nunca descurar a experiência daqueles que trabalham, diariamente, no contexto e que enfrentam a realidade do mesmo. Assim, a partilha e o diálogo assumiram as rédeas em vários momentos importantes do estágio, tornando possível aferir opiniões, satisfações e inquietações, valorizando a subjetividade de todas as pessoas envolvidas, incluindo eu própria no meu papel de investigadora/ interventora, ou seja, num enquadramento de intersubjetividade. Dado este posicionamento, Amado (2013) afirma que a “verdade é intersubjetiva, não resultando, portanto de um sujeito ‘controlador’ (o cogito de Descartes), mas de uma reunião de pontos de vista” (2013: 58). Valoriza-se, portanto, os métodos de investigação colaborativos uma vez que se considera que “o desenvolvimento se consegue, principalmente, através da descoberta prática, pelos investigadores e práticos em educação, num processo colaborativo, das condições materiais, teóricas e ideológicas, sob as quais a prática educativa se deve realizar” (Freebody, 2003 apud Amado, 2013: 59). A

comunicação e, mais uma vez, o diálogo evidenciam-se como pilares organizadores da intervenção, rompendo com

“um estilo tradicional (...) muitas vezes com carácter “clínico” [em prol de] uma relação de colaboração no trabalho “com” as escolas, a fim de poder oferecer, com base numa análise das suas necessidades e opções de melhoria, ferramentas e processos que tornem os próprios docentes capazes de melhorar aquilo que fazem.”

(Bolívar, 2003: 211-212)

Recupera-se também a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1997), por esta fornecer uma visão transversal e compreensiva entre o contexto, os atores, a experiência e a realidade. Assim, são tidas em conta as múltiplas interações e inter-relações desenvolvidas no contexto. O estágio foi desenvolvido tendo sempre esta ideia em consideração, reconhecendo que o contexto que me acolheu é parte de um conjunto de sistemas, completamente interligados entre si (Menezes et al., 2005), como é o caso das associações, da própria população e de outras estruturas com responsabilidade pelos serviços da própria instituição.

Esta visão sistémica faz desenvolver alguns desafios relativos à forma como a Educação e, neste caso, a Cultura são encaradas. Assim, estas duas dimensões são vivenciadas e pensadas por todos os atores envolvidos, o que torna fundamental o recurso a metodologias de intervenção colegiais, que valorizem a intersubjetividade, promovendo um equilíbrio entre a demanda normativa e a própria proatividade das instituições. Ao longo de todo o processo de estudos, falou-se, insistentemente, do contexto escolar no âmbito da educação formal, orientando muitos conceitos e ideologias a esse tipo de contexto: a escola. O esforço, agora, prende-se com a necessidade de trazer esses ensinamentos a outros contextos, valorizando a sua essência e adaptando às realidades. Desta forma, recupero também o conceito de “escola curricularmente inteligente” (Leite, 2002), conceito esse que enfatiza a capacidade da escola pensar em si própria através de processos de interação e de diálogo com vista à tomada de decisão participada. Transpondo esta ideia da escola como espaço formal de educação ao contexto de estágio, como espaço onde a educação e cultura também podem acontecer, importa pensar a CM como um contexto inteligente, no sentido da valorização no envolvimento na tomada de decisão de toda a comunidade, inclusive de técnicos, associações e população. A intervenção neste contexto teve por base estes pressupostos, recorrendo a estratégias promotoras de diálogo e de reflexão coletiva e indutoras de culturas profissionais

colaborativas salientando a dinâmica feita na casinha do conto, integrada na Aldeia de Natal, que foi um projeto resultante da partilha de ideias e vontades entre mim e a técnica responsável pelo evento. Recorrendo ao diálogo, foi possível uma tomada de decisão conjunta e negociada face ao desafio proposto.

Tal como Fullan & Hargreaves (2001), acredito que “se quisermos proceder a mudanças bem-sucedidas e duradouras, precisamos de derrubar os “muros do privatismo” (2001:75). No quadro da reflexão sobre o paradigma de intervenção, torna-se pertinente esmiuçar o que se entende por participação, associada a colaboração. Existindo estruturas profundamente burocráticas, como é o caso da CM, não devem esquecer o seu papel de promoção de integração social da população, no geral que esta parece vir a desenvolver através do seu programa/ plano de intervenção cultural.

Também João Formosinho (2009) fortalece a visão de trabalho colaborativo, propondo uma organização de Equipas Educativas. Estas, centram-se fortemente na organização do trabalho, mas também evocam outros profissionais e podem facilmente auxiliar na transformação da atitude esperada atualmente. É esperado, na ótica do autor, que se promovam

“respostas (...) contextualizadas, [conduzindo ao] seu aperfeiçoamento profissional contínuo em situação de trabalho [e criando] oportunidade para eles aprenderem uns com os outros, através da interação, da observação e da colaboração mútuas e do desenvolvimento de redes de contacto alargadas”

(Formosinho, 2009: 33)

Este posicionamento norteou a minha permanência no contexto, quando, desde logo, perceciono a existência de uma equipa multidisciplinar que participa em toda a ação. Foi nesta perspetiva colaborativa que foi pensada uma intervenção realizada em/com a equipa multidisciplinar, mas também junto das mais diversas equipas internas que se formam, principalmente, no decorrer de eventos e/ou atividades, num esforço e num estímulo de procura de pontes, de reforço de diálogo em prol de um trabalho em rede. Aqui estão patentes ideais de intervenção com princípios de colaboração, acompanhamento e inclusão.

A investigação ao serviço da intervenção

Como rosto deste capítulo, surge uma fala de uma das pessoas que fizeram parte desta intervenção/investigação, uma vez que nos permite refletir nas questões éticas e nas técnicas que foram tomadas como instrumento de recolha de informação.

Ao assumir a postura de investigadora procurei ter em conta as opções que tinha diante de mim, de forma a escolher as que serão mais adequadas para captar de forma o mais fidedigna possível a realidade que se está a observar. Este tipo de decisões para além de conscientes e coerentes não foram tomadas num vazio epistemológico.

O conhecimento do contexto torna-se essencial, uma vez que qualquer intervenção pressupõe sempre o recurso a processos de investigação que permitam o melhor conhecimento do contexto e dos sujeitos. Esta foi, então, umas das primeiras preocupações desde a entrada no estágio. Por isso, compreende-se que as opções tomadas, nas Ciências da Educação, não são desprendidas de outras dimensões pois subjacentes a elas estão as questões do paradigma. É no resultado destas decisões que importa ilustrar a forma como direciono o olhar sobre o foco deste trabalho.

Tomar consciência da realidade é também ter consciência que as opções metodológicas tomadas se dirigem num determinado sentido, logicamente, conduzido por uma epistemologia específica. A este fenómeno associa-se a coerência uma vez que o paradigma que elegemos como guia na elaboração da pesquisa deve ser mantido e respeitado segundo os seus ideais.

Após uma análise ponderada, considero a etnografia e a observação - participante um caminho viável para desenvolver um trabalho de investigação e/ou intervenção, próximo das pessoas e integrada no contexto.

Com forte relação com a antropologia, a etnografia privilegia uma estadia prolongada no contexto, de forma a perceber quais as práticas, as dinâmicas, interações, significados, significações, sentimentos, emoções, necessidades e desejos dos sujeitos, sem sentirmos a necessidade de os abordar diretamente. Isto acontece porque estamos inseridos no terreno e a nossa presença é repetida e sistemática, nas dinâmicas e quotidiano dessas pessoas.

A observação participante parece uma abordagem adequada para o que pretendi aprofundar neste estágio. Relembro a busca de compreensão das dimensões culturais da oferta educativa da câmara pelo recurso a uma abordagem de tipo etnográfico, que tira partido da visão da etnografia, tal como afirma Pais (2002), como um método, um caminho para chegar à realidade que se vive, tendo em conta o quotidiano e o que se passa nessa mesma realidade. Segundo a perspetiva deste autor, consideramos o mundo social como um mundo com uma forte dimensão discursiva, uma vez que através e pelo discurso conseguimos detetar um conjunto de conhecimentos. A questão que se coloca prende-se com a cientificidade dos discursos e reforça-se o facto de que o contexto é rico em relações de poder, representações sociais e interações entre sujeitos (Pais, 2002), como foi possível identificar ao longo do estágio e irei explorar na análise feita através das informações recolhidas pela observação participante no contexto de gabinete, destacando as relações entre os técnicos, dos técnicos e a hierarquia estabelecida e com a gestão do serviço.

Rompendo com a ideia de que as pessoas do contexto nos são estranhas e pouco próximas, a etnografia permite que o/a etnógrafo/a se desamarre daquilo que já sabe, fazendo uma rutura epistemológica, de modo a que não parta para o seu contexto de análises com preconceitos ou ideias que possam condicionar a pesquisa e inflacionar a produção do conhecimento e de conteúdo. Este exercício foi fundamental uma vez que, dada a sua exposição pública, já possuía uma ideia do trabalho que técnicas deste contexto desempenhavam. Porém, tomando consciência do método que ia adotar, procurei distanciar-me das ideias pré-concebidas para que estas não influenciassem a minha estadia e a recolha de informações.

O resultado da etnografia não deve basear-se nas informações que estamos à espera de recolher, mas sim no que advém do imprevisível e do menos comum no contexto. Esta característica distingue a etnografia dos restantes métodos uma vez que exige fazer parte do grupo, inteirar-se nas dinâmicas e seguir o seu ritmo. Desta forma, não há um guião cerrado ou um manual de instruções para se fazer etnografia. O quotidiano da população é incerto e os fenómenos acontecem naturalmente decorrentes de interações espontâneas. Isto aconteceu dia após dia, durante o tempo de estágio. As dinâmicas vividas no contexto de gabinete eram imprevisíveis e envolviam os diferentes participantes, num espaço comum. Realço, nesta perspetiva, o trabalho feito fora do gabinete. Isto é, a presença nas atividades e eventos propostos pela CM que permitiram

fazer uma análise com base na etnografia uma vez que estive ao serviço do terreno, predisposta e atenta àquilo que o contexto e os participantes dinamizam.

Considero, assim, um método exigente até em questões pessoais uma vez que como investigadora tive que investir um longo período de tempo (num total superior a 340 horas), aguentar algum desconforto pautado pela estranheza em relação ao objeto de estudo e pelos constrangimentos que daí surgem. Para colmatar estas barreiras, é frequente que o/a etnógrafo/a procure informantes privilegiados, que ajudem na entrada no terreno e os aproximem da população. No espaço de gabinete, considero como informantes privilegiados aquelas técnicas que permitiram uma aproximação ao trabalho que estas desenvolviam, dando abertura para questionamentos e uma maior perceção dos processos. Através delas, foi possível compreender melhor os métodos de trabalho e o tipo de funcionamento da própria instituição. No trabalho feito no exterior, destaco, mais uma vez, as técnicas que permitiram uma melhor compreensão do que ia acontecendo e facilitaram a comunicação com associações, artesãos e/ou comerciantes, participantes na atividade.

A etnografia assume uma postura de relação estreita com a observação participante, esta constitui um dos seus instrumentos principais ajudando a perceber como as interações humanas acontecem e, dando-lhes um significado.

Desta forma, adotando a postura de um etnógrafo consegui perceber as cadências de cada dia, que me ajudaram a compreender mais do que se passa no contexto etnográfico. Dada esta realidade, existiram vários momentos em que percebi que estava perante informações confidenciais e privadas, tendo depois que refletir no que vai fazer com elas. Inicialmente, as técnicas associavam comentários idênticos à frase que escolhi para colocar junto do título deste capítulo antes de partilharem conversas ou informações sigilosas. Com estas questões práticas, entende-se que este é, portanto, um método que pode levantar graves questões éticas, na medida em que não estamos escondidos, mas sim a participar nas dinâmicas, estabelecendo relações de confiança. No entanto, este tipo de método socializa-nos, adaptando a forma como nos comportamos, não saindo incólume deste processo. Assim, a etnografia é um método que regula todas as opções do/ investigador/a, considerando-a técnica principal, mas que mobiliza outras técnicas, como análise documental, análise de conteúdo, entrevistas, histórias de vida, grupos de discussão focalizada, entre outras. Para além disto, o tipo de escrita deste método é muito específico sendo essencialmente descritiva e densa. Para tal, sublinho a importância das

notas de terreno que espelham o que foi observado, nos diferentes contextos. Com esta escrita, foi possível descrever tudo o que vi, uma vez que este tipo de informação revela-se útil para a produção de conhecimento. A escrita não deve ser considerada um julgamento ou uma crítica, mas sim uma descrição narrativa, evitando recolher notas de terreno dentro do próprio contexto uma vez que isso causará desconforto aos intervenientes. Nesta narração procurei valorizar o detalhe, o pormenor, a expressão de sentimentos e emoções e, posteriormente, capacidade de interpretação das informações.

Reconheço, assim, a etnografia como um método de aproximações e distanciamentos, não deixando que a nossa postura e presença no terreno seja influenciado por falsas aparências ou por conhecimentos prévios. Assim, o exercício de não se agarrar demasiado àquilo que já sabe, fazendo, assim, uma rutura epistemológica, uma espécie de esvaziamento, é fundamental, de modo a que não parta para o seu contexto de análises com preconceitos ou ideias que possam “fechar” ou atrofiar os horizontes da pesquisa, que se mostrará menos rica em termos de produção do conhecimento e de conteúdo. Nesta perspetiva, tentei não apenas ver só o que já estava à espera ou aquilo que procurava, mas abri espaço na minha mente para dar conta das “falhas”, das “ausências” e daquilo que parece menos óbvio, do imprevisível, aquilo com o qual não contava, dando conta de outros aspetos ou situações que não pensava que pudessem passar-se com aquela dada população ou naquele determinado contexto. A desconstrução da realidade é essencial inserindo esta perspetiva num paradigma pós-moderno que me identifico.

Assim, se me insiro num paradigma pós-moderno, não posso descrever os sujeitos da nossa pesquisa, por exemplo, como passivos. Um paradigma pós-moderno é aquele que, epistemologicamente, compreende que os sujeitos são pessoas reais com dinâmicas e interações reais, que podem variar de um momento para o outro. São, por isso imprevisíveis e importa recordar o esforço de fiz para acompanhar essa imprevisibilidade. Trata-se, portanto, de um paradigma compreensivo, que encara os seus sujeitos como criaturas viventes e, nesse sentido, versáteis, ágeis e carregadas de significado. É esta aproximação aos sujeitos, esta voz dos sujeitos que encarei enquanto conhecimento, nos processos metodológicos que adotei.

É neste âmbito que surge a observação participante intimamente associada a este método uma vez que esta é uma técnica do método etnográfico. A observação-participante desenrola-se, neste contexto, na medida em que não estive escondida, mas sim a participei nas dinâmicas e no quotidiano.

Nos momentos de observação, estabeleci uma relação de observação e interpretação recíproca e bidirecional, já que, como sublinha Gil (1999), a observação

“consiste na participação real do observador na vida comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo (...) [chegando] ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”

(apud Guimarães, 2015: 38)

Assim, a etnografia regulou todas as opções que tomei enquanto investigadora, sendo o meu objeto as culturas. Com este método, senti que o terreno me socializou, demonstrando como me devia comportar. Neste sentido, apurei a minha capacidade de observar, e a técnica na observação – participante, bem como a qualidade da técnica de recolha de dados, com as notas de terreno, essencialmente.

A etnografia diferencia-se de todos os restantes métodos exatamente por isso – implicou que fosse atrás desta uma população e dos grupos que a constituem, que fizesse o que eles faziam, que os seguisse. Neste sentido, convém frisar a dureza deste método, que pressupõe bastante tempo a despender enquanto investigadora, tendo ainda que aguentar o mal-estar, sobretudo inicial, que é pautado pela estranheza em relação ao objeto de estudo e pelos constrangimentos que daí surgem, incluindo situações desconfortáveis.

Recordo, mais uma vez, que este capítulo se inicia com uma frase que marca o percurso e estadia no terreno pela desconfiança e, um certo, desconforto. Denotam-se estes sentimentos numa fase inicial de uma forma mais evidente, sendo esbatidos durante as semanas que foram passando. Isto acontece dada presença no terreno e a envolvimento com o contexto que nos vai socializando.

Desde o início, assumi a tentativa de integração, o mais possível, na equipa e no espaço que esta ocupa. Dentro do gabinete, foram colocadas uma pequena mesa e uma cadeira que viria a ser o espaço de trabalho da nova estagiária da CM. Desta forma, há a tentativa de fazer parte de um espaço comum de trabalho das técnicas e do arquiteto e de acompanhar toda a dinâmica que, dia após dia, é estabelecida. Uma vez que a forma de estar assume uma perspetiva rotineira, há a necessidade de encontrar um lugar fixo para ocupar todos os dias de estágio. Lugar este que me permita ter uma visão ampla do gabinete e que não constituísse um obstáculo a todas as ações que acontecem no local.

Facilmente se percebeu que o uso de um computador durante a observação era fulcral uma vez que quase toda a atividade das técnicas gira à volta desta ferramenta. Assim, uso o meu computador pessoal para fazer o registo das observações, com a preocupação de anotar as interações, que expressem o que se passa no quotidiano e que, posteriormente, se transformem em informações pertinentes para o estudo.

Assim, está-se perante uma postura de investigação que adapta o método etnográfico e a técnica de observação participante. A observação caracterizou-se por um trabalho em profundidade, mas limitado a um período de tempo de recolha de dados. Houve a preocupação de um registo do continuum, de forma a que as unidades de observação não constituíssem hiatos, uma vez que a continuidade permite captar o essencial no processo vital.

As notas de terreno, decorrentes desta observação, passam pelo registo descritivo das situações que permita, a posteriori, construir uma leitura problematizada das mesmas, retirando inferências e identificando aspetos que possibilitem o estabelecimento de pontes e recolocar questões, na busca de melhoria das situações objeto de observação. Como afirma Rowland (1987), a

“(...) escrita é o que confirma os trajectos solitários que foram realizados, ainda que paralelos a outros mais acompanhados. No entanto, espera-se que o texto traduza uma espécie de acordo que resulta da compreensão dos sentidos dos sujeitos num determinado contexto de tal modo que seja possível alguma tradução, recorrendo-se a um relativismo cultural sem, no entanto, se ser relativista”

(apud Silva, 2011: 117)

De forma a consolidar e enriquecer este processo, a entrevista faz parte das opções uma vez que a própria “entre vista” acontece entre pessoas. Tendo em conta que o objeto de estudo é o ser humano, importa compreender e captar as subjetividades. Assim, ao longo deste estágio revelou-se fundamental criar um espaço em que as pessoas pudessem falar do seu “eu”, revelar a sua identidade, dizer coisas sobre si a nível pessoal e profissional. A entrevista surge como potencial momento para isso e foi entendida como um momento de interação entre mim e a pessoa que estava a ser entrevistada.

“A entrevista é, antes de mais (...) um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do[a] investigador[a] deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível”

Durante este estágio, a entrevista é encarada enquanto método qualitativo, dado que o seu pressuposto passa por conhecer a vida social para além dos sentidos aparentes, exigindo a minha imersão como investigadora e implicando uma profunda relação com explicações teóricas que explicitem o objeto.

A análise de conteúdos e dos dados torna possível atribuir um sentido ao material empírico recolhido, o que implica fazer uma decomposição dos textos que dê origem a um processo de categorização e classificação das unidades de sentido. Segundo a perspetiva de Bardin (1997), com a análise das entrevistas e de documentos, consegui definir um conjunto de categorias, encaradas como uma “espécie de gavetas ou rubricas” (Bardin, 1977: 37). Algumas destas consegui que fossem pensadas previamente, enquanto outras emergiram na análise feita. No caso concreto das entrevistas que me foi possível realizar, optei pela combinação de categorias previamente definidas e outras emergentes da análise. A gravação áudio foi um suporte essencial à concretização das entrevistas, para que, posteriormente, fosse possível fazer a transcrição do discurso, que deverá ser integral e pontuada de acordo com um conjunto de regras que nos permitam adotar um olhar fiel ao momento criado.

A compilação das várias opções tomadas: etnografia, observação participante, notas de terreno, entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo e análise documental terão em consideração que

“os princípios metodológicos são fundamentalmente os mesmos: deixar correr o olhar sem se fixar só numa pista, escutar tudo em redor sem se contentar só com uma mensagem, aprender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí os modos de abordagem mais esclarecedores”

(Quivy & Campenhoudt, 2003, p.83)

Estas escolhas constituem, assim, uma ferramenta de trabalho que permite uma análise rigorosa e exaustiva dos dados que integram o campo de investigação e intervenção, não só na fase de exploração e conhecimento do contexto, mas também no (re)estabelecimento de uma cultura de monitorização na instituição.

A Ética na intervenção educativa

A intervenção realizada, no âmbito do serviço de cultura e turismo, refletiu um conjunto de preocupações éticas, que devem estar bem presentes em toda a ação que é desenvolvida, uma vez que ajuda a regular o próprio trabalho e permite compreender a experiência de estágio.

Neste âmbito, é necessário refletir sobre este aspeto e na relação da ética com as aprendizagens realizadas e os cuidados a ter enquanto futura profissional no campo das CE. Vilar (2001), defende a ética como processo autorreflexão continuado, afirmando que é: *imprescindible reconocer que los valores están en el centro de las acciones sociales, son ineludibles en este marco profesional y la reflexión moral no es un hecho excepcional para momentos solemnes sino que forma parte de la cotidianidad*” (2001:13).

Recordando o início do estágio, mesmo antes da entrada no terreno, vejo, neste balanço, a forma como as questões éticas foram fundamentais para as aprendizagens. Desta forma, reconheço o amadurecimento do sentido ético na prática como profissional de intervenção e como investigadora. Foi importante, então, não confundir a ética da moral, e importa perceber o que cada conceito contempla.

Baptista (2005), apresenta as seguintes definições:

“ética como a reflexão sobre os princípios que devem nortear a ação humana e a moral como a explicitação e máxima de conduta e a definição de regras consideradas adequadas, de acordo, precisamente com os princípios que tivermos em referência.

(Batista, 2005:22)

Percebo, então, que moral consiste na definição de valores e normas, de acordo com as quais se impõe como obrigatório para que possamos viver em comum. Esta exprime-se através de uma abordagem imperativa que refere aos valores e normas que orientam a vida comum, tendo como pergunta fundamental “Como é que se deve agir?”. Por sua vez, a ética é definida através de três grandes categorias: em função dos pressupostos que sustentam a definição de moral; definições que a dissociam da definição de moral; e definições que entendem ética como uma abordagem interpelativa da moral. A ética através de uma abordagem interpretativa permite-nos refletir sobre os valores que

orientam a vida em comum. Importa ressaltar que nem sempre a interpelação da ética tem um valor moral por de trás, ou seja, uma tentativa de instruir uma nova moral. A ética pode ser pensada através do ato de viver pacificamente em sociedade, além das regras morais que possam existir. Isto é, a ética apresenta-se numa sociedade utópica que respeita cada indivíduo com todas as suas individualidades. A pergunta que se coloca é “Que vida eu quero viver?”. Importa ainda ressaltar a ideia de que para existir ética tem que existir sempre moral, quando esta permite uma reflexão dos valores impostos pela moral que conduzem os costumes, os modos de ser e de fazer.

Recorrendo ao contributo de Fernandes (2004), vejo que este apresenta uma proposta de carta ética para a intervenção social, onde incluí alguns dos ideais até então referidos. Deste seu trabalho irei sublinhar palavras-chave que o compõe e lhe dão sentido, associando-as ao trabalho desenvolvido no contexto de estágio. Pensando nos valores/deveres para com os participantes, objeto-sujeito da intervenção, o autor enaltece a dignidade, a singularidade, a participação, a indivisibilidade dos direitos, o respeito mútuo, a confidencialidade e o sigilo profissional. Por sua vez, na perspectiva dos valores/deveres para com os colegas e outros profissionais, importa a reciprocidade, a integração, a consideração/respeito e a colaboração na formação. Num terceiro momento, os valores/deveres para com as organizações (instituições e a sociedade) é essencial a lealdade institucional, a contratualização – parceria, a igualdade de oportunidade e de equidade, o investimento no fortalecimento da sociedade civil, a participação nas associações da sua categoria profissional e divulgar/criar opinião pública. Por último, e não menos importante, estão os valores/deveres consigo próprio resultantes na autenticidade, competência e a realização pessoal. Neste documento, o autor pretende apresentar uma alternativa face às dimensões éticas da intervenção social, inaugurando uma quarta que centra o seu foco nos valores/deveres consigo próprio. Foram estes ideais que guiaram a intervenção no contexto escolhido para desenvolver esta intervenção.

Como especialistas em CE vejo o trabalho, dia após dia, como concentrado em melhorar a educação, compreendê-la e fazê-la sempre de forma mais igualitária e equitativa, relacionando-a nos diversos contextos. Com base nesta ideia, o empreendimento ético será o melhor conceito para ilustrar este cenário, uma vez que manteve bem presente a ideia de que o contexto e as pessoas não são desprovidos de conhecimento. Assim, acredita-se que

“a recusa da autoridade do educador não é um meio mas um fim que significa que os sujeitos-alvo deixam de necessitar do apoio e da interlocução dos educadores para concretizarem os projetos em que se encontram envolvidos, o que constitui, afinal, o objetivo último das iniciativas educacionais que se preocupam com o empoderamento de todos os que participam nas mesmas.”

(Trindade, 2017:33)

Através do empreendimento ético e no que concerne, por exemplo, na tomada de decisões sobre projetos, atividades e/ou eventos, procurei embarcar por um caminho de participação e/ou cooperação. Isto é, adotei uma abordagem de proposta de atividades, ao passo de informar quais seriam as ideias fundamentais de forma a conseguir que estas fossem pensadas em consonância com os participantes. Assim, tenciono afastar a ideia de imposição de algo que foi anteriormente pensado para acolher um método de participação que considera e valoriza a discussão para, depois sim, fechar ideias e concretizá-las. Assim, com base empreendimento ético pretendi sensibilizar as técnicas para a adequação das ideias face às pessoas e ao contexto. O mesmo fiz com o trabalho que desenvolvi durante o tempo de estágio. Isto é, procurei adequar a minha presença e o meu contributo ao contexto que me acolheu, não impondo a minha presença ou as minhas ideias, mas sim contribuir para as dinâmicas comuns que eram criadas tendo por base o diálogo, a partilha e participação nos processos. Durante todo o tempo de estadia no terreno, não esperei encontrar a fórmula perfeita para solucionar os constrangimentos do contexto. Mas sim compreendi os problemas e potencialidades do contexto e dos participantes para o projeto surgir. Assim, através deste empreendimento, percebemos que os projetos, sejam eles educativos ou de outro cariz, são uma construção mútua, na medida em que não são apenas realizados e implementados, mas sim construídos pelas várias partes.

Sendo assim, na prática, as questões éticas são consideradas e, portanto, foram elaborados documentos que cumprem as mesmas. Os consentimentos informados foram elaborados para garantir que as participantes nas entrevistas estavam informadas de como os dados iam ser recolhidos e, posteriormente, trabalhados. Uma outra questão a ser cumprida relaciona-se com o anonimato e confidencialidade. Foram salvaguardados os nomes dos participantes, bem como da instituição e das freguesias que compõem o concelho.

Capítulo III: Construindo e explorando caminhos – do ideal de ação à sua concretização

Construindo e Explorando Caminhos

No âmbito do domínio de Mestrado Educação, Comunidades e Mudança Social, tentei que o trabalho desenvolvido nestes dois anos fosse realizado e explorasse temas e locais que fugissem da minha zona de conforto. O processo de definição da intervenção e escolha do local foi sinuoso, havendo extensos períodos de hesitação, dúvida e questionamento. A escolha de um contexto de estágio seria, para mim, um desafio, uma vez que queria viver uma nova experiência desafiante e, ao mesmo tempo, enriquecedora. Ao pensar no local, automaticamente, penso no foco/problemática que iria guiar a ação. Contudo, tinha consciência que este/a só se iriam clarificar aquando a presença na instituição.

O meu percurso académico foi feito durante cinco anos e de forma contínua, ambicionando chegar ao fim do mesmo, com mais saberes, e poder pensar no meu futuro profissional. Desta forma, sempre considerei este caminho como um investimento e uma possibilidade de me tornar uma melhor profissional. Tirar o melhor proveito desta experiência era um dos principais objetivos. Nesta lógica, nunca tive dúvidas em relação ao ingresso no mestrado porque este viria a enriquecer uma licenciatura feita na mesma casa. Olhei para este desafio também como uma oportunidade de intervenção em, pelo menos, um contexto diferente onde pudesse corporificar todo o conhecimento numa ação real. Assim, estaria mais próxima daquele que é o exercício profissional e em contacto próximo com as dificuldades práticas do mundo de trabalho. Adquirir experiência, dar a conhecer as minhas competências e as potencialidades das CE faziam parte de um leque grande de objetivos para este mestrado.

Dado que o domínio de mestrado escolhido apresenta um carácter abrangente de possibilidades de contextos, a tarefa de escolha do local é ambígua. Vejo-me perante uma panóplia de hipóteses associada a uma tremenda dificuldade na escolha. Quando, no início deste capítulo, referi a vontade de sair da minha zona de conforto referia-me à vontade de conhecer contextos que fugissem à ideia de escola ou espaço de educação formal. Nunca esquecendo que as crianças eram uma forte motivação pessoal, tentei que este estágio de mestrado não descursasse essa ideia, mas que me possibilitasse pensar nesta faixa etária de uma forma diferente, ou seja, fora do espaço escolar.

Eis que surge uma alternativa: aliar as crianças à cultura, dois temas que estão bem presentes nos meus gostos pessoais. Deste modo, este estágio de mestrado viria a explorar um campo novo, a cultura, aproveitando este ciclo de estudos para alargar o meu conhecimento.

Desta feita, fui definindo, gradualmente, as minhas opções, chegando à conclusão de que a CM, especificamente, a divisão de Cultura e Turismo podia ser um contexto desafiante, dadas as suas potencialidades. O contacto com esta instituição foi feito e eis que dou início a uma nova aventura.

A entrada no contexto e a construção de um conhecimento da equipa técnica

A entrada no terreno e no contexto da CM iniciou-se com uma reunião com a Chefe de Divisão de Cultura e Turismo e com a Vice-Presidente que, por sua vez, era a vereadora responsável por este pelouro. Numa primeira conversa, houve a tentativa de perceber que tipo de estágio seria útil para ambas as partes, sendo ouvidas várias propostas por parte da instituição. Contudo, ambas as profissionais afirmavam “queremos é que este trabalho faça sentido para ti e que, realmente, aprendas com ele.” (Nota de terreno, 16 de julho, 2018). Nesta procura de sentido, foram equacionadas várias possibilidades de forma a tornar este estágio rico e enquadrado nas motivações pessoais e profissionais, enquanto futura mestre em CE.

Numa fase posterior, realizou-se uma reunião entre mim, a Chefe de Divisão e orientadora de mestrado da FPCEUP, que acompanhou todo o processo e permitiu um maior esclarecimento do estágio proposto para esta instituição.

Enquanto a reflexão e tomada de decisão foram processadas, deu-se continuidade à negociação de entrada no terreno, que foi considerada essencial para ser definido o foco do trabalho, analisando as potenciais possibilidades enquadradas no contexto. A chegada oficial ao terreno aconteceu quando a Chefe de Divisão fez a apresentação da nova estagiária à equipa que constitui a Ação Cultural, no próprio gabinete. A partir desse momento, a integração foi dos momentos mais importantes tanto para conhecer a equipa como para reconhecer o próprio espaço e o trabalho que era desenvolvido. Compreender as rotinas, as divisões das tarefas, as dinâmicas criadas e conhecer a própria cultura da instituição eram as principais preocupações no início do estágio. Importa realçar a

importância que as técnicas tiveram para a inserção no contexto e para o esclarecimento de todas as dúvidas que foram surgindo durante todo o percurso.

A partir do primeiro dia de estágio tornou-se necessário fazer um reconhecimento da equipa que trabalha neste serviço e perceber que tipo de funções desempenham. No início do estágio a equipa contava com três técnicas e um arquiteto, no final do estágio estavam ao serviço quatro técnicas e um arquiteto. No decorrer do estágio, tentei conhecer melhor cada um dos profissionais, principalmente as técnicas que estavam debruçadas em pensar, planear e executar o calendário cultural proposto. Desta forma, foi importante, para mim, conhecer um pouco do percurso profissional das mesmas e a sua área de formação. Para chegar a esta informação, tentei agendar uma entrevista individual com cada uma das técnicas, constatando que seria quase uma missão impossível dada a sobrecarga de trabalho que existia naquela altura. A opção seria aproveitar vários momentos do estágio com conversas intencionais que me dariam este tipo de informações. Essa possibilidade aconteceu mais cedo do que o esperado com a técnica IM., num dia em que só as duas estivemos ao serviço.

“A conversa começou de forma simples quando constatei que ela já trabalhava na Cultura faz muitos anos. Depois deste breve apontamento, a IM. começou a falar, interruptamente, fazendo uma retrospectiva dos “longos anos de casa”. “Trabalho neste serviço há muitos anos e sempre gostei. Agora sinto-me cansada.”

(Nota de Terreno, 28 de setembro, 2018)

Graças a este tipo de conversas foi possível conhecer um pouco mais sobre cada uma delas, como se posicionam face à cultura e à sua profissionalidade como membros de uma equipa, auscultação que permitiu evidenciar a riqueza e diversidade que constitui este serviço.

A IM entrou, oficialmente, para a CM em 2000, e integrou a Divisão da Cultura, inicialmente no setor de animação cultural, atualmente designado por Unidade de Ação Cultural. Licenciada em Ciências da Comunicação, pela Universidade Fernando Pessoa, exerce funções como Técnica Superior de Ação Cultural, salientando o planeamento, organização e acompanhamento das atividades, durante as suas montagens, dias do evento e pós evento. Ao longo do seu percurso, já esteve responsável por um grande número de eventos culturais, tais como Mostra de Teatro Amador do Concelho, a Alma do Fado, as Marchas de São João, a Feira da Regueifa e do Biscoito, entre outros. Salienta,

ainda, a elaboração de propostas de atribuição de subsídios a associações, Comissões de Festa, Fábricas das Igrejas, entidades, Protocolos culturais com associações concelhias, proposta de atribuição de medalhas, entre outros. No meio de todo este trabalho afirma:

“Adoro estar em palco e apresentar. Para além de gostar sinto que tenho jeito para isso. Sempre gostei de estar a falar para o público e apresentar artistas. Muitas vezes, a atividade nem está à minha responsabilidade, mas acabo por assumir essa função. Porque gosto e as colegas também dispensam. Algumas... outras dizem para ser eu porque sabem que gosto.”

(Nota de Terreno, 28 de setembro, 2018)

A S. também entrou para a CM em 2000 e passou por vários serviços: Recursos Humanos, Divisão de Desporto e Divisão de Cultura. Consequentemente, desempenhou funções como Técnica Superior de Recursos Humanos, Animadora Sociocultural, Assistente Técnica e, atualmente, Técnica Superior na DCT. “Neste momento as minhas funções tem a ver com a programação e animação cultural. Tenho os protocolos de desenvolvimento cultura.” (Entrevista 2, 22 de maio, 2019). Licenciada em Recursos Humanos e com Pós-Graduação em Higiene e Segurança no Trabalho, pelo Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão, esta técnica já assumiu a responsabilidade pela Semana das Coletividades de C., pelo S. é Festa, pela Mostra de Teatro Amador e pela Festa da Bugiada e Mouriscada. Atualmente, também, é responsável pelos protocolos culturais.

De entre as quatro técnicas, a I é a mais antiga ao serviço da CM, tendo dado a sua entrada em 1989. Trabalhando sempre na área da cultura, passou por vários contextos: Técnica de Biblioteca e Documentação, Coordenadora Geral da Biblioteca e Polos de Leitura Municipais, Elemento da Equipa Multidisciplinar na vertente do empreendedorismo e Técnica de Ação Cultural desde 2014. Responsável direta pelos vários eventos que têm a ver com a promoção das logomarcas do Município, esta tem o Curso de Biblioteca Arquivo e Documentação e Licenciatura em História pela FLUP (não concluída). Classifica como inúmeras as atividades que estiveram à sua responsabilidade, tomando como exemplo, as várias edições da Feira da Regueifa e do Biscoito, a Festa do Brinquedo, as Aldeias de Natal, as Festas da Liberdade, o Couce em Festa, etc. “Enfim... 30 anos ao serviço da Autarquia!” (Nota de Terreno, 9 de novembro, 2018).

A mais nova das técnicas, entra na CM em 2017, passando pela Divisão Jurídica e Recursos Humanos, no Gabinete de Apoio ao Município e Espaços do Cidadão, e, posteriormente, para a Divisão de Cultura e Turismo, no serviço de apoio administrativo e, depois, o serviço de ação cultural. Licenciada em Farmácia, pela Escola Superior de Saúde do Porto, já desempenhou funções como o atendimento ao público, as visitas guiadas ao Museu da Lousa, tarefas de carácter administrativo no serviço de apoio administrativo da Divisão de Cultura e Turismo e a participação e organização de eventos culturais no Concelho. À sua responsabilidade já ficaram eventos como o Concerto de Páscoa, a Semana Cultural de C. e S. é Festa. Uma vez que esta integrou a equipa da Ação Cultural mais tarde, assume que

“esta vai ser a minha primeira atividade e ainda estou nas trocas de e-mails porque depois a Dr^a C. tem que me orientar no processo e nas informações que são precisas preparar. Por isso estou parada. E mesmo que queira ajudar as colegas elas também ainda não têm muito trabalho porque ainda estão na fase de ter ideias.”

(Nota de terreno, 16 de janeiro, 2019)

Esta foi a equipa que acompanhou todo o percurso do estágio, liderada pela Chefe de Divisão. Ao longo do tempo e após estas conversas intencionais, foi perceptível que a equipa que constitui a Ação Cultural é formada por pessoas que fazem parte da instituição há muitos anos, exceto uma das técnicas mais jovens que traça o seu percurso apenas a partir de 2017, tal como foi dito. Ainda sobre estas técnicas, é possível compreender a diversidade de formações académicas, mesmo que muitas delas nada tenham a ver com a cultura nem com o serviço que esta divisão presta. Porém, as mais antigas no serviço, mostram as suas competências, dada a experiência que foram adquirindo ao longo do tempo.

Para além da Ação Cultural, outros departamentos estavam ao serviço desta divisão, tal como o Gabinete Administrativo, localizado no edifício da CM, a Biblioteca e o Museu Municipal, mais descentralizados.

De forma a facilitar a organização do próprio serviço, tornou-se fundamental combinar um horário de estágio para saberem em que momentos este iria acontecer. Assim, ficou combinado que seria feito um horário das 9h às 12h30, salvo exceções.

Após algumas horas de estadia no terreno, percebe-se que este estágio viria a primar pela proximidade do trabalho feito em contexto de gabinete, em simbiose com a execução dos projetos no terreno. Isto é, tornou-se possível acompanhar o planeamento e organização dos projetos e eventos e, numa fase posterior, vivenciar de perto o seu desenrolar. Dadas as minhas características pessoais, o trabalho em gabinete e demasiado burocrático era algo que me constrangia. Contudo, fui percebendo que esta era uma parte relevante da atividade na CM e que teria que me adaptar e fazer parte do trabalho que era feito naquele contexto.

Tempo de observação

O estágio foi iniciado em setembro de 2018, sendo bem acolhida por toda a equipa que me foi apresentada. Atempadamente, o serviço encarregou-se de providenciar uma secretária para mim, tendo, a partir do primeiro dia, um espaço próprio de trabalho no Gabinete da Ação Cultural, perto da restante equipa. Apesar de tudo, recordo com algum receio e angústia as primeiras duas semanas no terreno, fase de ambientação ao espaço, às pessoas e ao trabalho desenvolvido, sendo momento de me inteirar da documentação que caracterizava e dava a conhecer a instituição. Nesta altura, vivia-se um ambiente de tensão uma vez que a equipa preparava um evento para o final do mês de setembro: a Festa do Brinquedo.

Desde logo, compreendo que existia uma técnica responsável pelo evento que estava absorvida por todo o trabalho que a atividade exigia. Apercebo-me, também, que as restantes técnicas tentavam colaborar no que era possível e que, nos dias em que a atividade iria decorrer, todas estariam no terreno. Isto permite evidenciar a existência de uma relação de colaboração, mais ou menos voluntária, no interior da equipa.

O tempo passado em gabinete foi, quase, na sua totalidade de observação e de compreensão de como os processos eram tratados. Nas alturas que antecederam os eventos, percebia-se a preocupação da técnica responsável com a organização do mesmo. A azáfama da troca de e-mails, os telefones a tocar, as pilhas de papel nas secretárias, o pouco tempo para conversas e explicações... Eis uma dificuldade, para mim, enquanto estagiária. Era fundamental perceber o que antecedia o evento. Contudo, não havia grande abertura para compreender o processo e para serem explicados os passos a dar, em resultado da pressão do tempo. Sendo assim, as informações iam sendo adquiridas no

meio de comentários, desabaços ou pedidos de opiniões entre as técnicas. “Apercebo-me disto por conversas e chamadas ao telefone.” (Nota de Terreno, 20 de setembro, 2018). Porém, enquanto algumas estão absorvidas pelas atividades, outras estão mais relaxadas e menos pressionadas. A estratégia, aqui, foi aproveitar esse momento para perceber como os eventos são pensados. No caso da Alma do Fado, uma atividade dirigida à população em geral e que iria decorrer no espaço X, como ainda faltava algum tempo para a sua concretização, foi possível questionar a técnica acerca do processo envolvido. “Mostrame o regulamento que está a ser redigido e as normas que guiam o evento. Ela diz que é um evento cansativo porque ocupa vários fins de semana, mas que prazeroso.” (Nota de terreno, 21 de setembro, 2018).

Com o passar do tempo, o desenvolvimento de uma relação de confiança revelou-se fundamental para o meu estágio pois originou uma maior facilidade de contacto com as técnicas e com o trabalho das mesmas. Isto observa-se com a mudança de postura face a dois eventos distintos: a Festa do Brinquedo, em setembro, e a Aldeia de Natal, em dezembro. Neste último, a minha participação foi mais clara e o envolvimento no processo completamente diferente. Desde o início que foi pensado, tornou-se possível tomar parte das etapas e das várias fases do projeto, desde o planeamento à implementação e à avaliação. A maior diferença prende-se com a proposta feita pela técnica responsável pela Aldeia de Natal, questionando qual a pertinência de eu, enquanto estagiária, poder dinamizar uma casinha do conto. “A ideia é pegares num conto infantil e dinamizar a casinha. Decorá-la de acordo com a história, criar horas de conto e, se assim entenderes, outras atividades que possas achar interessantes.” (Nota de terreno, 29 de outubro, 2018). Após uma conversa longa sobre esta proposta, concluímos que a forma mais interessante seria eu assumir esta dinâmica juntamente com um grupo que dirijo, os Pequenos Cantores. Assim, a minha intervenção não estaria demasiado focada naquela casa apenas, mas com a ajuda de vários elementos do grupo poderia não só ter uma visão pormenorizada daquele contexto como de toda a Aldeia, em geral. As expectativas relativamente ao meu desempenho eram elevadas, “Conto com a tua criatividade... a tua tem que ser a melhor das casinhas do conto. A ideia de envolveres os meninos foi excelente. É uma forma de os trazer à Aldeia... a eles e aos pais.” (Nota de terreno, 9 de novembro, 2018), e percebi que tinha chegado ao ponto alto da minha intervenção, com um forte espaço de ação, reflexão e aprendizagem.

Desenvolvo em seguida, com mais detalhe, a minha participação nos eventos.

Participação na realização de eventos

- **Festa do Brinquedo**

A Festa do Brinquedo 2018, realizou-se nos dias 28, 29 e 30 de setembro, em A. De forma a alargar a festa e torná-la mais organizada e com mais atratividades, este ano esta iria ocupar o espaço exterior e interior do Centro Cultural de A, uma Rua e um Parque.

Em todos os espaços iriam estar a decorrer atividades e animações, a cargo de associações do concelho e, no caso dos concertos, iriam atuar os artistas contratados. O Parque concentrou a maioria das atividades. Ao longo dos dias passaram vários grupos com atuações distintas na área da música, dança, teatro, entre outras, como se pode consultar no flyer, no anexo 3.

No interior do Centro Cultural aconteceram workshops e animações variadas, a cargo da associação Cabeças no Ar e Pés na Terra, do Centro Recreativo e da Biblioteca Municipal. Ainda neste espaço, esteve uma exposição “A Aldeia dos Estrunfes”, do colecionador Vitor Macedo. No Espaço Exterior do Centro Cultural, estava montada a Aldeia do Circo, com espetáculos, workshops e programação, à responsabilidade do Mr. Milk e, ainda, uma vasta demonstração das marcas do Concelho com artesãos do brinquedo, colecionadores, jogos didáticos e demonstrações de trabalho ao vivo. Na Rua estiveram três exposições distintas: Indumentárias Inspiradas no Brinquedo Tradicional, da autoria da estilista Marlene d’ Arais Trigo; Brinquedo Tradicional, acervo da Junta de Freguesia de A; Mostra de Painéis Ilustrados dos Primeiros Brinquedos de Madeira, acervo JAJ/Pepe Jato.

O primeiro dia desta festa viria a ser marcado pela participação dos alunos de instituições de ensino, públicas e privadas, do Concelho, que chegariam ao espaço no início da tarde. O convite foi feito, previamente às escolas e instituições de ensino, para participarem na iniciativa “Hino ao Brinquedo e à Criança”, promovida pela Educasom – Associação de Artes e Cultura. Desta feita, várias escolas acederam ao convite e foram transportadas por autocarros contratados pela CM desde a sua escola até ao local de concentração. Assim que chegavam aos arredores da Festa do Brinquedo, os grupos de crianças eram organizados para, posteriormente, se proceder a um desfile até ao palco

principal. Aí, as várias crianças puderam assistir a um espetáculo organizado pela associação em questão e, depois, usufruir de um lanche oferecido pela CM. Após a distribuição do lanche, os grupos podiam circular pela festa e usufruir das várias iniciativas: o carrocel, o passeio nos pôneis, os workshops, entre outros, e logo depois voltar à sua escola.

Mais tarde, por volta das 18h30, dava-se a inauguração oficial da Festa do Brinquedo, onde estaria presente o executivo da CM e seria feito o discurso do Sr. Presidente da Câmara. A inauguração contou com a presença da Fanfarra Cáustica, Orquestra de Metais – Grupo Dramático e Musical de C e a Banda Às Riscas. Após a inauguração oficial, o programa de animação continua com a colaboração da associação Sabor a Teatro e o Grupo Cénico de S., com o Teatro de Rua. À noite, a animação estava a cargo do grupo e artista convidado: GB21 + Excellence Crew e, no palco principal, Jimmy P.

Este é o quadro geral do primeiro dia da Festa do Brinquedo. Quadro esse que tive a oportunidade de acompanhar. Na véspera deste evento, combinei com a equipa a hora para estar no terreno e ajudar com os preparativos. Tal como relatado na Nota de Terreno deste mesmo dia, “Era clara a agitação e a pressa de ultimar os preparativos para a inauguração da Festa, mas confesso que tudo me parecia bastante atrasado.” (Nota de Terreno, 28 de setembro, 2018). Torna-se possível compreender que o espaço ainda não teria condições para receber as crianças que estavam previstas. Pela primeira vez, vivenciei o tempo que antecede à abertura de um evento e o ambiente é verdadeiramente tenso. Embora houvesse tarefas divididas e todos os profissionais soubessem, aparentemente, o que tinham para fazer, havia demasiada confusão instalada. Pela primeira vez, constatei alguns indícios de relações de poder, ainda que intuitivos: “Questiono a S. se precisa de alguma coisa e ela disse que seria melhor falar com a I. sobre isso, uma vez que era ela a responsável pelo evento.” (Nota de Terreno, 28 de setembro, 2018). O sentimento vivido nesta altura, era semelhante ao do início do estágio. Contudo, tentei que isso não afetasse a minha prestação e contornei o mau estar de várias formas. Uma delas foi ajudar na decoração do espaço com papagaios feitos pelas escolas do concelho. Uma ideia original de poder envolver as crianças nesta festa, mesmo aquelas que não puderam estar presentes na atividade inicial. Uma forma de estimular a criatividade e aproximá-las da arte e dos trabalhos manuais. Terminada a decoração, e ainda com muito por fazer, as escolas começam a chegar e percebo que não há um espaço

definido para as receber. Ficaram dispersas pelo espaço, de forma a refugiar-se do sol. Ofereço ajuda para receber as crianças e quem as acompanhava, tendo acesso a uma lista das escolas participantes.

“Dado que o sol continua a torrar o recinto achamos melhor encaminhar esta escola para um passeio perto da entrada para o espaço, onde fazia sombra. Este caso parece estar resolvido, mas percebo que com a chegada de mais escolas o passeio não é suficiente.”

(Nota de terreno, 28 de setembro, 2018)

Após terem chegado a maioria das escolas, o percurso combinado é feito até ao local onde se encontra o palco principal. Estavam presentes alguns vereadores da CM que viram passar o desfile de crianças e depois, também, assistiram ao espetáculo. Espetáculo, esse, que demorou mais tempo que o previsto, fazendo com que algumas escolas desistissem de o ver até ao fim. Assim, as coisas não estariam a correr com era esperado. O facto de as escolas saírem do recinto antes do final do espetáculo fazia com que se tivesse que antecipar a distribuição do lanche. Ajudei a distribuir os lanches já divididos em sacos, por escolas, e algumas seguiram viagem com destino à escola. Outras escolas, acederam ao convite e conseguiram assistir até ao final do espetáculo tirando o maior proveito possível da festa. Depois de libertarmos o espaço ocupado pelas crianças, eis que “me senti muito perdida e notei uma descoordenação de toda a equipa porque restou um intenso tempo morto até à dita inauguração da Festa.” (Nota de terreno, 28 de setembro, 2018). Num curto espaço de tempo, deixei de ver toda a equipa e não percebi qual seria o próximo passo. Decidi explorar o espaço e ver como as coisas estavam distribuídas e as ofertas que esta festa teria. Constatado que ainda há espaços a serem montados e que tudo só estaria pronto mais tarde para a inauguração oficial, embora o programa tivesse começado às 14h.

Nos dias seguintes, sábado e domingo, optei por visitar a festa sem o compromisso de ajudar no serviço. Permaneci no local para compreender de que forma as pessoas aproveitam o evento, que tipo de atividades decorrem e como o trabalho é gerido. O ambiente revelava-se mais calmo, em comparação com o primeiro dia, uma vez que tudo funcionava a 100%, no que toca à própria organização do evento. Contudo, os visitantes eram muitos, evidenciando uma grande participação da população.

Depois de participar, observar e analisar as notas de terreno sobre este dia, a principal conclusão que é possível tirar é a da necessidade de uma melhor distribuição de

tarefas pelos recursos humanos existentes e de uma melhor organização do tempo e do espaço, principalmente no arranque do evento.

- **Alma do Fado**

A Alma do Fado, que em 2018, contou com a oitava edição, é um evento organizado em parceria com o Jornal Novo Regional e com a Associação Cuca Macuca. É um evento que pretende estimular a participação das pessoas através do Fado, de forma a que demonstrem o seu talento que será avaliado por um painel de júris convidados.

Recuando no tempo até ao início da organização deste evento, a técnica responsável pelo mesmo, recuperou o processo do ano anterior para poder consultar o regulamento, as fichas de inscrição e o cartaz de divulgação. Sendo um evento em parceria, as decisões seriam tomadas em conjunto e em momento de reunião de diálogo entre o diretor do jornal e a mesma técnica. Embora a responsável tivesse ideias novas para esta edição da Alma do Fado, teriam de ser apresentadas e discutidas para perceber se eram exequíveis. Isto leva-me a compreender um pouco melhor as responsabilidades inerentes ao estabelecimento de parcerias.

Como vem sendo habitual desde a primeira edição deste concurso, são feitas eliminatórias, consoante o número de participantes, onde são escolhidas as melhores vozes para a final. Estas eliminatórias decorrem nas várias freguesias do Concelhos, nos distintos espaços culturais. Em 2018, estariam previstas quatro eliminatórias em quatro dias e espaços diferentes: dia 3 de novembro, 21h45, no Centro Cultural de A; dia 9 de novembro, 21h45, no Fórum Cultural de E; dia 17 de novembro, 21h45, no Fórum V; dia 24 de novembro, 21h45, no Centro Cultural de C. Após apurados os finalistas, a gala final realiza-se no Fórum de Cultural de E, no dia 1 de dezembro, à mesma hora das eliminatórias, como indica a informação no cartaz de divulgação, no anexo 4.

Depois de decididas as datas associadas aos espaços culturais, as inscrições seguem as normas estabelecidas e são aceites na CM. Para tal, houve uma reunião com o A., responsável pelo Jornal, onde foram clarificadas as normas e definidas as informações que deveriam constar na ficha de inscrição. “Pedimos os dados pessoais, três temas que gostariam de interpretar, o tom de cada música e um texto sobre a vida do participante

relacionada com o fado ou com a música.” (Nota de terreno, 4 de outubro, 2018). A inscrição estava aberta a toda a gente, mesmo não residindo no Concelho.

Ao longo do tempo foram chegando inscrições e as eliminatórias foram preenchidas, na tentativa de que houvesse um número equilibrado de participantes nos quatro dias. Um facto que se veio a notar foi o elevado número de participantes residentes fora do Concelho, realçando a pouca participação dos locais. Porém, com convite direto ou por vontade própria, alguns contrerrâneos fizeram a sua inscrição, para mostrar o seu talento. Esta evidência acentua-se quando olhamos para as classificações finais. No pódio só esteve uma participante do concelho, que recebeu o honroso segundo lugar. O primeiro e terceiro lugares foram atribuídos a participantes de outros concelhos. Desde o início da organização deste concurso, fala-se do ambicioso prémio final. “A I. refere várias vezes, ao longo da conversa, que o facto de o prémio ser em dinheiro fazia com que as pessoas ganhassem algum interesse em participar.” (Nota de terreno, 4 de outubro, 2018). Desta feita, o vencedor ganharia a possibilidade de gravar um CD e 500 euros, o segundo premiado receberia 350 euros e um fim de semana no Douro e, por último, o terceiro lugar contava com a quantia de 250 euros. A possibilidade de atribuição destes prémios resultou do acordo de parceria feito entre a CMV e as associações referidas, o que evidencia, mais uma vez, a importância da colaboração entre entidades.

A escolha do júri levantou alguns problemas uma vez que não havia um painel disponível para todas as fases. Na gala final, o júri foi composto por uma escritora, uma cantora e dois músicos e maestros. Somam-se a estes, o vencedor da Alma do Fado de 2017 e o convidado José da Câmara, que interpretou vários fados do seu repertório. Aquando a atribuição dos prémios, assiste-se ao discurso do Sr. Presidente que sublinha o facto desta iniciativa acontecer há vários anos e continuar a manter a qualidade que tem granjeado.

Posto isto, e depois da gala final, é hora de se fazer o balanço e pensar nos pontos fracos e fortes deste evento. Dias depois da primeira eliminatória, a técnica responsável pelo evento afirma que “achou um ambiente muito tenso e continua a achar que devia haver uma distinção entre profissional e amador”. (Nota de terreno, 5 de novembro, 2018) A eliminatória que decorreu em A. marcou, claramente, esta diferença. Para além de haver, apenas, uma concorrente do Concelho, realçava o facto de alguns participantes serem quase profissionais e outros amadores. Em alguns casos, participavam pela primeira vez em concursos, enquanto outros já eram contratados para casas de fados.

Com esta atividade, desenvolvi uma multiplicidade de saberes, pois foi possível acompanhar todo o processo desde a elaboração de normas, fichas de inscrição e receção das mesmas, bem como acompanhar as próprias eliminatórias e a avaliação do processo. Sendo um evento realizado em parceria, a pressão não recai, apenas, sob o gabinete de Ação Cultura e da técnica destacada. As responsabilidades são comuns, tendo a CM sempre um papel importante.

- **Aldeia de Natal**

A Aldeia de Natal tem sido uma iniciativa, adotada pela CM há muitos anos, que vem sofrendo alterações no sentido de melhorar a atividade e fazer com que esta cresça nas suas várias dimensões. Desta forma, em 2018, a Aldeia de Natal foi pensada para duas freguesias, como podemos compreender no cartaz de divulgação, no anexo 5. Em edições anteriores, as Aldeias de Natal embora sejam realizadas nas duas freguesias, foram feitas em datas diferentes. Para esta edição,

“no gabinete houve comentários que levam a pensar que este ano vão existir mudanças consideráveis nas Aldeias de Natal. Passados alguns minutos, é comunicado pela I. que as Aldeias de Natal de V. e E. (...) serão realizadas em simultâneo e com tempo alargado.”

(Nota de terreno, 7 de novembro, 2018)

Após esta informação, percebe-se que a organização, deste ano, teria que ser reajustada porque nunca antes existiram as duas Aldeias ao mesmo tempo. Exigiria maior organização do programa, gestão dos recursos humanos e gestão financeira. Compreende-se, então, que o teriam que recorrer à ajuda dos vários profissionais da DCT para poderem apoiar ambas as Aldeias. “A gestão do pessoal vai ter que ser exigente, vai haver muita coisa para controlar e organizar.” (Nota de terreno, 7 de novembro, 2018). Mesmo depois destes questionamentos, outras dúvidas permaneciam: as datas e os locais. Porém, estas dúvidas desfazem-se quando é comunicado que a Aldeia de Natal de uma das freguesias se realizaria num Parque e a Aldeia de Natal da outra freguesia iria acontecer, pela primeira vez, num Largo. No que toca às datas, uma das freguesias iria arrancar com a atividade no dia 13, enquanto a outra começaria no dia seguinte, 14 de dezembro de 2018.

Uma vez que concentrei uma grande parte da minha intervenção neste evento, optei por focar o olhar na Aldeia de Natal, onde iria dinamizar uma casinha do conto e

acompanhar as restantes atividades que decorriam, tal como já acentuei acima. Esta Aldeia iria, então, funcionar do dia 13 ao dia 23 de dezembro, de segunda a quinta e domingos das 14h30 às 20h e às sextas e sábados das 14h30 às 22h. No decorrer dos dias, existiram várias casinhas que proporcionam a ideia de Aldeia, devidamente decoradas e com espetáculos e animações variadas a cargo de várias associações e grupos do Concelho. No dia da inauguração, às sextas, sábados e domingos, foi pensado um programa com atuações especiais que tornaram esta Aldeia um espaço cultural, com as mais variadas vertentes.

No que se refere à organização e distribuição das atividades pela Aldeia, realça-se a zona central do Largo onde esta se realizou, que acolheu uma tenda iglo que resguardava as diferentes atuações das condições meteorológicas que, em várias situações, se revelaram adversas. À volta desta zona, encontravam-se as casinhas que foram atribuídas a várias associações bem como a comerciantes e artesãos do Concelho. Destacam-se as casinhas ligadas à gastronomia com doçaria de Natal e outros produtos locais, bem ao gosto dos valonguenses, as casinhas com atividades relacionadas com as artes e esta época do ano, onde se inclui a casinha do conto que dinamizei. Uma das casas mais importantes era a Casa do Pai Natal, mas que, na minha opinião, não teve grande destaque nesta Aldeia. Duas grandes atrações seriam o carrocel e a bola de esferovite, que acumularam filas enormes por serem, sobretudo, atividades gratuitas.

Com base no programa partilhado e distribuído à população, como podemos ver no anexo 6, o dia de inauguração contou com uma Arruada de Natal, pela Associação Sociocultural Os Filhos da Pauta e, na mesma noite, a atuação do Coral Sol Maior, Clavezinhas e Sol Maior Associação Cultural. Nessa altura, o executivo da CM inaugura a atividade e visita toda a Aldeia saudando o trabalho que está implicado na mesma.

À semelhança do que aconteceu na Festa do Brinquedo, as escolas e instituições educativas foram chamadas a visitar a Aldeia e a participar em algumas iniciativas culturais e educativas. Existiu a preocupação de associar a este evento um carácter educativo, onde foram promovidas as práticas de leitura, o gosto pelo teatro e pela música e preocupações ambientais, enaltecendo a reciclagem e hábitos sustentáveis. Esta vem sendo uma estratégia que fomenta a participação das crianças, bem como dos seus educadores e professores, no evento que, por sua vez, faz com que estes tipos de eventos ganhem maior dinâmica e um maior número de participantes. Contribui também,

claramente, para uma melhor articulação entre as aprendizagens formais realizadas na escola e uma apropriação cultural de saberes nos contextos informais.

Um dos grandes constrangimentos deste evento foram as condições meteorológicas. Mais do que uma vez, o evento teve que ser cancelado por não haver condições favoráveis à realização do mesmo. Esta opção prejudicou não só as dinâmicas estabelecidas nas casinhas da Aldeia, como o próprio programa de atuações e atividades. Deste feito, resultou o cancelamento de vários momentos de espetáculos agendados para diferentes dias.

Contudo, e depois de vários dias de trabalho de montagem e decoração da casinha do conto, vejo todas as condições reunidas para realizar o trabalho que assumi. Escolhi o conto “A Casinha de Chocolate” numa versão que contém um CD com a narração e música sobre essa mesma história. Assim, em vários momentos do dia, era possível passar a narração do conto bem como a música escrita sobre este, em função das horas com maiores participantes. Ao longo do tempo, estava criado um ambiente com músicas natalícias e uma oficina de trabalhos manuais a decorrer. Dentro da casinha era possível apreciar a decoração e fazer várias atividades relacionadas com o Natal. Com o auxílio do grupo dos Pequenos Cantores, foi possível não só assumir as dinâmicas desta casinha como obter uma visão global do que ia acontecendo ao longo dos dias da Aldeia.

Esta iniciativa, realizada em parceria com as respetivas Juntas de Freguesia, vive, não só do habitual artesanato e gastronomia de Natal, como também do espírito mágico da época, com animação itinerante, casinhas mágicas, divertimentos natalícios, entre tantas outras surpresas que fazem as delícias de miúdos e graúdos. As aprendizagens mais relevantes que extraio desta experiência são relacionadas com a própria organização do evento e a sua execução. O envolvimento neste projeto fez com que fossem exploradas as várias etapas de desenvolvimento do evento e, na prática, poder adotar estratégias que possibilitassem uma relação educativa com as práticas culturais.

- **Ciclo de Concertos de Natal e de Reis**

Sendo o Natal uma época do ano propícia à organização de eventos culturais, a CM propõe um Ciclo de Concertos de Natal e de Reis, como podemos observar no cartaz de divulgação no anexo 7. Esta iniciativa, para além de valorizar a música e o talento dos

grupos convidados, enaltece o património religioso deste Concelho, uma vez que os concertos decorrem nas igrejas das várias freguesias.

Assim sendo, foram pensadas cinco datas, três delas a serem cumpridas antes do Natal e duas delas referentes ao Reis.

“Em conversa com a técnica responsável pelo ciclo de concertos, percebi que há grande dificuldade em conseguir acertar datas com os padres da cada freguesia. Percebo que existem várias atividades a decorrer, em cada paróquia, nesta altura do ano e que é difícil encontrar uma data possível.”

(Nota de terreno, 22 de outubro, 2018)

Depois de várias negociações, acorda-se que este Ciclo de Concertos iniciaria na Igreja Matriz de S, no dia 8 de dezembro, pelas 21h30. Seguem-se, os dias 15 e 22 de dezembro, na Igreja Matriz de E e na Igreja Matriz de V, respetivamente. Nestes três concertos que antecedem o dia de Natal, participam a Banda Musical de São Martinho e o Orfeão da Associação Académica e Cultural. No que toca aos concertos em época de Reis, estes estavam a cargo da Banda Musical de S e do Grupo Coral Pequenos Cantores. Estes realizaram-se na Igreja Matriz de C e de A, nos dias 4 e 6 de janeiro, respetivamente.

“Depois de distribuídos os grupos e as bandas pelos dias de concerto, a técnica pede aos mesmos que enviem o orçamento que irá corresponder ao serviço prestado. Pede, também, que assim que possível enviem o programa que irão interpretar. Afirma que ter conhecimento do programa antes é muito importante porque tem que ir a aprovação superior, na Diocese. Dada a experiência que tem na organização deste tipo de eventos, a IM. diz que sempre que existem estas proposta nas igrejas, os superiores têm que ter conhecimento do que vai ser feito e aprovar.”

(Nota de terreno, 2 de novembro, 2018)

Aprovado o reportório, os grupos participantes preparam os concertos dando conhecimento à CM das condições de logística necessárias. Importa, nesta altura, realçar o trabalho que é feito entre as diferentes divisões da CM, não só neste evento como em todos eles. Em todo o calendário cultural, é necessária uma grande força de cooperação e organização entre as divisões e serviços envolvidos. Isto faz com que, todo o processo esteja dependente de uma série de procedimentos que, em muitas situações, condicionam o que deve acontecer de imediato. Em todo o tempo de estágio, este trabalho conjunto foi notório, desencadeando alguns momentos de tensão porque os processos não decorrem no tempo esperado e programado. “A IM. revela alguma tensão porque o gabinete de

comunicação está com um grande atraso para lançarem os cartazes de divulgação.” (Nota de terreno, 4 de outubro, 2018). Esta dependência acontece inúmeros vezes, em inúmeros eventos, permitindo-me refletir sobre a importância de uma melhor articulação entre serviços.

Nos dias dos concertos, os grupos em questão ocupavam o espaço com relativa antecedência de forma a poderem organizar o que fosse necessário para o evento começar à hora programada. Nota-se uma grande adesão por parte da população, nos vários momentos musicais e nas várias igrejas. Esta iniciativa permite que os grupos convidados possam mostrar o seu trabalho e que possam trabalhar com conjuntos com outras associações do concelho. Para os que aderem a este tipo de espetáculos, usufruem de um momento cultural de qualidade que assinala uma época festiva de excelência. O evento também dá lugar à valorização das culturas das populações e dos diversos grupos que delas emergem.

A participação no planeamento, organização e execução destes eventos permitiu, não só, uma aproximação com a equipa técnica e com o serviço que esta desempenha, como também uma maior consciência da forma como estes eventos surgem no quotidiano da população e são executados.

O papel da avaliação no contexto de estágio: aprendendo a importância da avaliação de projetos

Tendo no capítulo anterior descrito e refletido sobre as atividades realizadas e as aprendizagens que advieram da sua preparação e implementação. Neste capítulo procuro refletir acerca da importância de fazer avaliação dos projetos, no sentido da melhoria dos serviços prestados pelas instituições. Esta reflexão resulta da minha observação das práticas, e das práticas avaliativas da instituição, no âmbito do estágio, que, como é sabido, não tem o objetivo de avaliar as práticas da instituição, mas antes de observar, participar e aprender com a experiência na instituição que me acolheu. É nesse sentido que começo por refletir acerca de diferentes perspectivas de avaliação.

A avaliação é um termo “clássico, com usos distintos e aplicado a várias realidades, desde o mundo do trabalho (ex: avaliação de desempenho), à educação (ex: avaliação de conhecimentos), à saúde (ex: avaliação de serviços), etc.” (Monteiro, 1996:138) Assim, a avaliação surge associada a este tipo de projeto descrito e que se associa, diretamente, ao contexto de estágio e à ação de intervenção/investigação que foi desenvolvida. Numa reflexão, agora, mais profunda e sustentada naquele foi o trabalho neste contexto, percebe-se que eu própria procedi a uma avaliação que antecipou a minha entrada no terreno. Isto é, a avaliação surgiu apenas, da minha parte, no momento em que comecei a ponderar possíveis locais de estágio, com a preocupação de fazer uma escolha pensada e ponderada, avaliando o próprio local com base no que havia conhecido e nos potenciais que este podia ter. É a partir deste pressuposto que surge este conceito, ainda que de forma implícito e pouco organizado, mas importante uma vez que “a avaliação visa colher dados com o fim específico de fornecer informação sobre o objeto que está a ser (ou foi) avaliado.” (Freitas, 1997:8). Por isso, é que podemos falar em avaliação nas várias alturas do projeto e do processo.

“Assim sendo, num projeto, tanto o processo como produto podem ser avaliados; e as informações (dados da avaliação) podem, e devem ter dois fins: primeiro, tentar ajudar com concebeu e quem está a desenvolver o projeto; depois, apreciar os resultados.”

(Freitas, 1997:8)

Sobre a avaliação, podemos distinguir dois modelos que vão sofrendo alterações com o passar dos anos e são sustentadas por teorias de diversos autores. Não sendo esta

definição rígida, na sua essência, o modelo objetivista da avaliação concebe a avaliação numa perspectiva técnica, onde se avalia o grau de produtividade e de eficiência dos programas.

“Este modo de conceber a investigação institui e assenta obviamente numa divisão do trabalho entre os investigadores e investigados, numa forma de interação e numa relação de poder assimétricas, correlativas de uma relação entre teoria e prática perspectivada em termos de aplicação, autoritária e prescritiva.”

(Rodrigues, 1994: 96)

Nesta perspectiva, a avaliação será feita por um avaliador externo, numa lógica prescritiva e de prestação de contas. Neste tipo de modelo surge, como exemplo, a Avaliação Externa das Escolas. No que toca ao contexto de estágio, é possível associar este modelo a uma tentativa de avaliação que é feita por uma entidade externa denominada Kaizen, como prática de melhoria contínua. Uma das características é que os grandes resultados vêm de muitas pequenas mudanças acumuladas ao longo do tempo e acredita-se que os maiores impactos do Kaizen são liderados pela administração em projetos transformacionais, ou por equipas multifuncionais em eventos Kaizen. No caso da Câmara Municipal onde estagiei, existem as reuniões de Kaizen onde são convocados técnicos de todos os serviços para serem discutidos problemas, conversarem sobre os serviços e poderem conhecer e aplicar novas estratégias para a melhoria do funcionamento da instituição. Estas reuniões são lideradas por um profissional vinculado ao Kaizen.

Em contraste, o modelo subjetivista vê a avaliação como processo de compreensão e de valorização dos processos e dos resultados de um projeto.

“O indivíduo, sujeito social, é sujeito na formação e na avaliação. É ele a fonte do referencial de avaliação e compete-lhe participar na organização, gestão, execução e controle do dispositivo e do processo de avaliação, bem como na utilização dos seus resultados.”

(Rodrigues, 1994:99)

Assim, o avaliador assume um papel de cooperação com os participantes do projeto e leva-os a tomar consciência do processo vivido, ampliando o conhecimento sobre o mesmo. Estamos, então, perante uma avaliação negociada e participada. É com base neste modelo e no modelo crítico de avaliação, caracterizado por Catalán (1993), que o serviço de Ação Cultural desejava implementar a avaliação. Em entrevista com a chefe de divisão, foi possível perceber a necessidade e a vontade de dedicar parte do

serviço aos processos avaliativos. Contudo, a mesma afirma que por falta de recursos humanos a avaliação é posta um pouco de parte, e considera que seria necessário que um técnico interno à Ação Cultural, em particular, e à divisão de Cultura e Turismo, no geral, fizesse a avaliação dos projetos.

“O conhecimento científico elabora-se por conseguinte através de uma análise e de uma crítica do conhecimento subjetivo, em que o observador e o observado ou o investigador e o investigado procuram tomar distância face às suas próprias posições e interpretações para re-organizarem o significado das situações sobre que se debruçam e em que se encontram, ultrapassando-se também no plano de investigação o dualismo tradicional sujeito/objeto.”

(Estrela, 1986 in Rodrigues, 1994:100)

Parecendo constituir um modelo útil para a melhoria dos serviços culturais prestados pela câmara, o processo de avaliação deverá, segundo o modelo crítico de avaliação, contemplar um processo de recolha de informação que fomente a reflexão crítica e que encadeie uma tomada de decisões pertinentes para cada caso. Assim, a análise crítica das circunstâncias deverá ser feita por um avaliador que enalteça as necessidades do contexto e que seja um apoio para as várias etapas da avaliação e fundamental para a dinamização da própria intervenção.

É neste âmbito que faz sentido e surge o conceito de acompanhamento/monitorização caracterizado por ser uma

“importante tarefa no ciclo do projecto e uma fonte chave de informação para a avaliação. É, fundamentalmente, um processo interno, realizado pelos responsáveis pela execução do projecto ou programa e efectuado para apreciar o progresso em intervalos regulares na vida de um projecto ou programa”

(K’CIDADE , 2007, p.17)

Sendo esta uma base de dados para a avaliação, compreende-se que deve ser um processo contínuo de recolha e análise de toda a informação de forma a dar resposta imediata relativamente à gestão das atividades que são realizadas. “O acompanhamento destina-se a induzir mecanismos de reflexão que permitam aos próprios atores reavaliarem a ação e introduzirem as mudanças que se vão justificando”. (Leite, Gomes e Fernandes, 2001, p52). Desta forma, o acompanhamento/monitorização deve ser visto como uma estratégia para a sustentabilidade do projeto. Considero, então, que esta forma

de acompanhar/monitorizar, pelas suas características, será uma mais valia para diversos contextos e projetos em funcionamento, na CM.

A partir desta reflexão sobre os modelos de avaliação, surgem outros conceitos intrínsecos a esta temática e que são utilizados de forma mais usual quando se pretende caracterizar o tipo de avaliação que é feita nas instituições ou nos projetos e que se constituíram como elementos teóricos importantes para uma compreensão, da minha parte, das práticas avaliativas na instituição que acolheu o meu estágio. Os conceitos que serão analisados em seguida, têm por base o grau de aproximação e participação do avaliador ou da equipa de avaliação no processo avaliativo, o que advém de se atribuir um carácter externo ou interno à avaliação.

A avaliação externa “é levada a cabo por pessoas que não participam diretamente na atividade avaliada, realizada por pessoas com competência técnica e científica, reforçando uma capacidade de visão globalizante do programa e da ação.” (Monteiro, 1996:141) Neste âmbito, é possível recuperar a ideia do Kaizen, caracterizada neste trabalho. Assim, uma equipa externa é chamada a avaliar o serviço de uma instituição, em geral, e de que cada divisão em particular. Claro está que, na prática e aos olhos de alguns técnicos e profissionais que acompanham esta avaliação feita em Kaizen, este tipo de avaliação pode correr riscos por ser demasiado “teórico”, como afirma Monteiro (1996), e por existir a dificuldade de demonstrar claramente o que é feito e de partilhar toda a informação com alguém externo ao serviço. Por isso,

“a pessoa ou a equipa escolhida não deve formar parte da acção, mas é necessário que possa entrar na acção durante um período limitado de tempo para poder compreender e para poder realizar a melhor análise possível. Ao mesmo tempo, é importante que o avaliador partilhe ou, pelo menos, não se oponha aos valores e orientações postos em prática.”

(K’CIDADE , 2007, p.28)

Consoante o agente ou equipa que a realiza, a avaliação pode assumir outra designação: a avaliação interna. “Ao contrário da avaliação externa, a avaliação interna é executada por pessoas que integram as organizações ou grupos avaliados e/ou estreitamente associadas à acção que é objecto do processo avaliativo.” (Monteiro, 1996: 141). No caso concreto da câmara, diria respeito a uma avaliação pela própria equipa, pois, neste tipo de avaliação, o protagonismo está nas pessoas que pertencem à instituição e/ou que participam ativamente nos projetos.

“No que respeita às finalidades, à avaliação interna são imputadas metas que permitem apreciar o modo como vão sendo desenvolvidas as acções, compreender aprofundadamente a realidade, melhorar o funcionamento da instituição, conhecer a sua eficácia, apreender modos de a otimizar, ser uma instância de mediação, quer para o seu interior, quer externamente.”

(Terrasêca, 2001:115)

Na prática referente ao contexto de estágio em questão, este será o tipo de avaliação que me parece mais adequado para a melhoria do funcionamento e para a organização do trabalho em equipa, visto que se constrói a partir do conhecimento da equipa acerca do seu próprio contexto e dos desafios e oportunidades que este traz. Depois de estar integrada no contexto, analisar o trabalho que é feito, integrar a equipa e ouvir a perspectiva dos profissionais sobre a ausência de avaliação dos projetos, evidenciou-se que este tipo de avaliação permitiria aos profissionais

“ (...) ajudá-los a reflectir sobre as suas acções e sobre a própria organização e, conseqüentemente, procura(r) obrigá-los a mudar para melhorar a qualidade do serviço que prestam à comunidade (...) em que se inserem, e num âmbito mais alargado, a todo o público em geral.”

(Dias & Melão, 2009:195)

Dadas as potencialidades do contexto e as características do serviço, a avaliação interna ganharia sentido se fosse feita não só entre os vários profissionais, intervenientes no projeto, mas também, por todas as pessoas, associações e/ou instituições que participaram nas atividades. Uma vez que são chamados a participar ativamente no projeto, com o seu trabalho e os seus talentos, poderiam ser chamados, também, a participar no processo avaliativo que deveria ser feito no quadro dessa parceria.

É na sequência deste olhar mais interno sobre a avaliação, que surge o conceito de auto-avaliação,

“a auto - avaliação poderá ser uma importante mais-valia para a melhoria (...); poderá ser um mecanismo para estimular (...) no sentido de melhorar a sua qualidade a partir dos seus próprios recursos, ajudando-a a monitorizar os seus progressos e a dar informação correcta à comunidade em que se encontra inserida.”

(Azevedo, 2002 in Dias e Melão, 2009:197).

Neste tipo de avaliação privilegia-se o diálogo entre os atores internos e na sua contribuição para o planeamento e melhoria do serviço, que depois decorrerá numa reflexão pessoal sobre o seu trabalho. Compreender a forma como nos envolvemos e participamos no processo de construção do projeto faz com que este tipo de avaliação valorize a vontade própria de busca a melhoria e o cumprimento dos objetivos de cada projeto. Este tipo de avaliação, no contexto em questão, poderá ser feito uma vez que, em grande parte das atividades, todas as técnicas são chamadas a participar e a dar o seu contributo, quer seja na parte de organização antes do início da atividade, quer durante os dias em que a atividade decorre, numa perspetiva mais prática e de trabalho no terreno. A autoavaliação, resultaria, assim, numa reflexão profunda sobre o trabalho de cada um e o seu contributo para o sucesso da atividade ou do projeto. Desta forma, haveria um enriquecimento da avaliação feita e uma maior possibilidade de melhoria nos projetos futuros.

Uma outra forma de definir o tipo de avaliação, também relevante para a minha aprendizagem dos processos avaliativos da instituição, é consoante a fase onde se encontra a intervenção de desenvolvimento, isto é, a altura em que é feita a avaliação. Assim, “independentemente da divisão entre a avaliação interna e externa, outra distinção se pode operar entre práticas avaliativas, tendo como tônica diferenciadora os distintos momentos (“espaços de vida”) de um projeto em que ocorrem.” (Monteiro, 1996:142) Pensando no início de um projeto, pensa-se no diagnóstico e pode admitir-se que um “diagnóstico de qualidade é a primeira condição de um bom projecto, ao permitir determinar com precisão os problemas a resolver, os recursos disponíveis e os factores que serão determinantes no contexto.” (Capucha, 2008:17) Este tipo de avaliação denomina-se por avaliação diagnóstica, avaliação prévia e/ou avaliação ex-ante e é feita antes da intervenção ou antes da implementação de algum projeto e/ou atividade. Poderia ser um modelo interessante para implementar nos processos avaliativos da câmara visto que implica um conhecimento aprofundado dos contextos onde os projetos seriam implementados. Como refere o projeto K’CIDADE

“O propósito deste tipo de exercício é verificar a viabilidade, a relevância e o rigor da concepção de um projecto ou programa. Utilizar o termo avaliação é pertinente, no sentido que os resultados deste exercício vão servir de referência, de comparação para apreciar, posteriormente, os resultados obtidos com a intervenção.”

Segundo Capucha (2008), o diagnóstico deve abranger a caracterização do contexto, os contornos dos diversos problemas e a relação entre eles, a dimensão e a intensidade desses problemas e o nível a que se manifestam, o processo evolutivo dos problemas, sua origem e modificações verificadas, os agentes, incluindo as famílias, as autarquias, as empresas, as instituições públicas e privadas, identificando a sua perspectiva dos problemas, bem como os recursos logísticos, financeiros, humanos, infraestruturais, políticos e relacionais que podem aportar ao projeto, as representações, motivações, projetos e interesses dos diversos agentes e o modo como encaram os problemas e/ou os projetos. Desta forma, este é um tipo de avaliação essencialmente descritivo e de planificação.

Pensando neste tipo de ação na prática da CM, podemos associá-lo ao momento em que se pensam as atividades a programar e a forma como estas serão organizadas. Isto é, importa reconhecer a pertinência do projeto e da atividade, em função do contexto onde esta vai ser implementada e tendo em conta os parâmetros que o projeto pretende cumprir. No que toca à pertinência, como parâmetro que seria importante ter em conta nos projetos da câmara, “esta refere-se às razões que justificam o projecto, quer dizer, que o tornam prioritário em relação a qualquer outro.” (Capucha, 2008:21). Para tal, e focando no caso concreto do contexto de estágio, justifica-se que haja uma auscultação da população no que se refere ao consumo cultural da mesma e um levantamento de necessidades e vontades, promovendo, desde logo, a participação no desenvolvimento do projeto. Assim,

“a elaboração de um diagnóstico constitui uma oportunidade única para promover o debate entre os parceiros de um projecto, facilitando assim a formação de consensos sobre os problemas, as prioridades, as responsabilidades e os objectivos de intervenção.”

(Capucha, 2008:22)

A entrada no terreno como estagiária partiu, exatamente, deste tipo de avaliação que, como referi, foi o único que me coube desenvolver. Existiu uma fase, clara, de diagnóstico onde foi possível compreender as potencialidades, problemas e dinâmicas da instituição e da divisão escolhida. Após esta avaliação prévia, foi pensada e negociada a investigação e intervenção no contexto.

De uma forma geral, após o diagnóstico de partida e avaliação diagnóstica importa elaborar o desenho do projeto que se pretende, ou seja, definir as orientações e/ou finalidades do projeto, foi essa lógica que orientou a minha proposta de estágio, apresentada à instituição nos primeiros momentos. Em projetos de intervenção, que não foi o caso do meu estágio, implica identificar o sentido de intervenção, o território de intervenção, os destinatários, os recursos, o orçamento, os planos de ação e a sua organização. Depois de tudo isto, passa-se à animação e execução do projeto.

A animação e execução marca uma fase de desenvolvimento do projeto e, neste âmbito, surge a avaliação no percurso e/ou avaliação on-going, como modelo útil à implementação de projetos com a comunidade, pela câmara. Aqui, importa avaliar não só a eficácia e eficiência do projeto como também a metodologia desenvolvida.

“A ponderação dos primeiros resultados permite saber se os actores estão “no bom caminho”, identificando os primeiros indícios do impacto produzido pela intervenção. A apreciação destes dados também permite rever e actualizar, caso seja necessário, o planeamento, integrando os novos dados, alterando alguns mecanismos, entre outros.”

(K’CIDADE, 2007 :26)

Assim, surge intrinsecamente associado a este momento de avaliação o conceito de acompanhamento, que reflete uma postura que parece adequada ao desenvolvimento do projeto, pois os “resultados deste tipo de avaliação são, frequentemente, cruciais porque determinam os modos em que a acção se vai realizar.” (K’CIDADE , 2007:26).

Estes resultados são, então, integrados na ação de forma a contribuir para a melhoria da eficácia e competência dos atores envolvidos.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido na Ação Cultura, importa fazer este tipo de avaliação on-going para perceber de que forma está ser delineado o projeto e que possíveis ajustes poderão surgir após esse levantamento dos resultados. Nesta fase, não importa só dar resposta ao diagnóstico feito. Mas sim, dar uma resposta ajustada e adequada às circunstâncias que vão surgindo ao longo do processo. Posso estabelecer um paralelo entre este processo avaliativo e o trabalho desenvolvido em estágio, que se foi adequando ao contexto e às necessidades do mesmo, ajustando as necessidades levantadas numa fase inicial à realidade do trabalho diário e aos desafios que vão sendo colocados.

Numa terceira fase do processo, destaca-se a avaliação ex-post e/ou avaliação final.

“(...) situa-se, pelo menos teoricamente, quando a intervenção chega ao fim. O momento exacto pode variar. Em certos casos, a avaliação final realiza-se durante os últimos meses da intervenção ou numa fase prévia ao planeamento (...) Pode, igualmente, realizar-se logo após a conclusão da intervenção (...) ou alguns anos após o término da mesma para analisar de forma mais objectiva o alcançado, apreciando questões de impacte e de sustentabilidade de longo prazo.”

(K’CIDADE, 2007:27)

Refletindo sobre o contexto de estágio, penso que seria útil que este tipo de avaliação surgisse logo após o final da atividade desenvolvida de forma a ser possível “analisar os resultados alcançados, aprender lições, prestar contas/promover a transparência e disseminar ensinamentos.” (K’CIDADE, 2007:27). Aqui, é possível recordar os objetivos colocados à ação no início do processo e compreender se a ação produziu os resultados ou efeitos esperados.

“Não há uma auscultação do público e de participantes, não há uma amostra que seja analisada para ver, efetivamente, o que é que da parte externa acham que correu bem e o que podia ter corrido melhor.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Uma vez que, face á pressão do tempo e á necessidade de novas realizações, as atividades passam, quase de forma automática e rotineira, para o ano seguinte e para o programa anual do ano posterior, a ser realizada esta avaliação estas atividades poderiam beneficiar de mudanças com base na identificação da eficácia de eficiência das mesmas e também dos aspetos que necessitariam de melhoria. Tal como referi acima, para esta avaliação final seria relevante convocar não só os profissionais que trabalham no projeto mas todos os que tiveram uma participação direta na atividade, de forma a que estes também se envolvam na reflexão e possam manifestar a sua opinião sobre o que aconteceu, contribuindo para a melhoria. Incluiria aqui as associações protocoladas, outras instituições, bem como os comerciantes e artesãos que são convidados a mostrar o seu serviço.

Para a concretização e aplicação destas variantes de avaliação, importa ter conhecimento sobre a metodologia, isto é, saber que tipo de metodologias existem e que

métodos e/ou técnicas estão subjacentes e que poderiam contribuir para facilitar os procedimentos avaliativos na instituição. Na prática, torna-se importante saber utilizar os métodos adequados ao projeto que se pretende avaliar e não deixar a escolha desprendida desta análise cuidada.

Como desenvolvo adiante, por relação com o contexto de estágio, podemos distinguir as metodologias quantitativas e qualitativas que podem ser utilizadas numa relação de complementaridade e em função dos objetivos a atingir. O que distingue estas duas metodologias

“Serão, fundamentalmente, (1) as características dos contextos de partida, (2) o grau de profundidade da informação a remeter para os destinatários da avaliação, (3) os objectivos da avaliação, assim como (4) o conhecimento que se tem sobre o modo como cada uma das técnicas é aplicada, os aspectos que, à partida, mais determinam as tomadas de decisão relativamente às opções a efectuar.”

(K’CIDADE, 2007:57)

Uma metodologia qualitativa privilegia “a entrevista, a análise de conteúdo, a observação, as escalas de atitudes, as actas das reuniões, os registos de ocorrências, os focus-group e os painéis de actores permitem recolher dados do tipo qualitativo.” (Capucha, 2008:50). Em contrapartida, a metodologia quantitativa utiliza “Técnicas como o questionário ou a análise de dados estatísticos são adequados à recolha e tratamento de dados quantitativos.” (Freitas, 1997: 21)

Num contexto como a divisão da Cultura e Turismo importa recolher dados em grande número, quando se pensa na participação de todos os intervenientes dos projetos. Assim, os métodos quantitativos poderão ser mais úteis de forma a abranger uma amostra maior. No caso de querer uma análise mais cuidada das opiniões, das perspetivas dos profissionais e/ou dos participantes, os métodos qualitativos deverão surgir como opção adequando as técnicas ao contexto. Atualmente, neste local de estágio, não existem técnicas para avaliação dos projetos e atividades, contudo a chefe de divisão muitas vezes mostrou vontade que houvesse um técnico responsável por esta avaliação cuidada e pensada.

“Neste momento, os técnicos não são suficientes para o número de atividades que existem. Nós precisávamos de ter, se calhar, um técnico que estivesse quase em exclusivo para isso. A

criar inquéritos de satisfação, para público e para participantes, e depois no final fazer-se uma análise.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Em relação ao estágio desenvolvido no âmbito do mestrado em CE, foi importante tomar consciência da realidade e ter consciência que as opções metodológicas tomadas se dirigem num determinado sentido, conduzido por uma epistemologia específica. A este fenómeno associa-se a coerência de um paradigma que elegi como guia na elaboração da pesquisa e que deve ser mantido e respeitado segundo os seus ideais. Equacionando a metodologia que auxiliaria o estudo do contexto, distanciando-se de uma perspetiva avaliativa e centrando-se na observação, participação e aprendizagem, considerei a observação participante como um caminho viável para desenvolver um trabalho de investigação e intervenção, próximo das pessoas e integrado no contexto, acompanhado de outros métodos como a entrevista a pessoas chave e a análise de conteúdo de documentos fornecidos pela instituição ou disponibilizados online.

Este olhar profundo e sustentado numa compreensão dos processos avaliativos realizados pela instituição torna possível a reflexão sobre as abordagens agregadas ao conceito e fenómeno de avaliação, no contexto de estágio. Conclui-se que os processos de avaliação estão pouco enraizados na CM e que existem várias possibilidades de estes ganharem terreno contribuindo para a melhoria dos serviços culturais e educativos prestados às populações. Ao refletir sobre o estágio e sobre a instituição, com base num enquadramento teórico, percebi melhor como o fenómeno de avaliação pode ser olhado em diversas perspetivas e em diferentes momentos, com base no próprio funcionamento da instituição e/ou no processo de estágio.

Um Caminho Trilhado – Constrangimentos e Possibilidades Institucionais

No âmbito do estágio realizado em CE, integrado no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social, foram valorizadas dimensões como a participação, cooperação, diálogo, negociação, a fim de existir um equilíbrio de relações entre os diferentes atores e uma orientação do trabalho em função da pertinência das várias etapas da intervenção. O trabalho desenvolvido não poderia, de todo, ser desprovido de

momentos que enaltecessem as características indicadas anteriormente. É neste contexto de elaboração de trabalho rico e produtivo, que é possível propiciar efeitos pedagógicos para ambas as partes envolvidas no estágio. Para mim, enquanto estagiária, importava tirar o maior proveito do mesmo. Para a instituição, seria útil um trabalho próximo das suas necessidades e que colaborasse para um melhor funcionamento do serviço. Caminho longo, com avanços e recuos, permitiu conhecer e refletir os constrangimentos e possibilidades do contexto.

Desde a entrada no terreno, compreendi que estava instalado um ambiente profundamente organizado, com distribuição de trabalho, de separação de pessoal por serviço e relações de poder entre profissionais, inerentes aos diferentes cargos.

“Naturalmente, há uma hierarquia que eu fui ensinada a respeitar, foi assim que me educaram e eu respeito. Eu não passo por cima da vice-presidente, que é vereadora da cultura, para ir diretamente ao presidente. Custe isso o que custar. Agora, muito sinceramente, não sinto que na divisão da cultura haja os tais poderes paralelos.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Desta forma, e pelas palavras da Chefe de Divisão, realçam-se as relações de poder que existem pela estrutura hierárquica notória na CM. O relativo poder que existe nas diferentes Unidades Orgânicas está, diretamente, dependente do poder superior do vereador responsável pela divisão ou do próprio Presidente da Câmara. “Existem sim hierarquias e essas são e têm que ser respeitadas.” (Chefe de Divisão, Entrevista, 21 de maio, 2019). Contudo, as relações de poder paralelas não são uma evidência, sendo substituídas por um trabalho em equipa, coordenado pela Chefe de Divisão. Na visão das técnicas, esta dependência do poder superior poderá ser vista como um dos principais constrangimentos no trabalho diário.

“(...) estamos dependentes de chefias. Ou porque a chefia está em reunião ou porque a chefia está em serviço externo ou porque nem sempre é possível, então às vezes temos um problema que demora um dia a ser resolvido porque não conseguimos, internamente, encontrar a ajuda para resolver esse problema, um exemplo.”

(Entrevista 2, 22 de maio, 2019)

Na perspetiva das técnicas, as relações de poder hierárquicas podem condicionar as tomadas de decisão. Porém, veem o lado bom desta realidade, pelo facto de que

“(...) existir uma hierarquia, às vezes, é o que nos protege, digamos assim. Ou seja, como as decisões têm que ser

concertadas nos não decidimos nada sozinho, estamos todos em sintonia. Portanto quando damos uma resposta é uma resposta de comum acordo. Ou até mesmo que tenha havido uma discussão para chegar a um consenso, a resposta que é dada é consensual, portanto para mim isso até funciona como uma proteção, uma mais valia.”

(Entrevista 2, 22 de maio, 2019)

Este trabalho em equipa surge num ambiente de cooperação e diálogo entre as todas as técnicas e os restantes profissionais, que se envolvem em cada projeto que é proposto. Embora, para cada atividade haja uma técnica responsável, a equipa envolve-se para que o evento possa acontecer no melhor dos cenários e que a população possa tirar o maior proveito do mesmo.

“Consegue-se um bom ambiente de trabalho que não é a mesma coisa que dizer que existe solidariedade. E eu acho que a grande lacuna que nós temos a nível dos recursos humanos, no trabalho em equipa, é a falta de solidariedade.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

No discurso desta profissional, nota-se que existe uma grande dificuldade em assumir o erro, enquanto equipa. Apesar de haver envolvimento de todos no processo, quando há alguma lacuna, esta não é assumida em conjunto, destacando-se a necessidade de desenvolver uma relação mais solidária entre a equipa.

“Hoje em dia, eu não noto isso. Há duas ou três pessoas que vestem essa camisola e os restantes colegas pronto, dão o máximo, a atividade corre bem mas não assumem os erros como assumem os sucessos, como equipa, e isso é que está mal.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Pensar a equipa da DCT é pensar muito mais do que o gabinete de Ação Cultural, e é nesta perspetiva que os eventos e a organização dos mesmos são pensados. Assim,

“(…) o facto de nós termos uma pessoa do museu, uma pessoa da biblioteca, uma pessoa do arquivo, uma pessoa do turismo, faz com que existam diferentes perspetivas e ideias múltiplas para o mesmo evento. O evento acaba por sair enriquecido quanto mais diversidade de pessoas válidas e cujo conteúdo funcional faça sentido naquele evento. Portanto, um evento sai cada vez mais enriquecido quanto mais pessoas trabalharem nele mas de diferentes áreas dentro da cultura.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Esta ideia foi ilustrada em grandes eventos como a Festa do Brinquedo e as Aldeias de Natal, em que todo o serviço foi implicado nas tarefas a desenvolver antes, durante e após a atividade. Porém, os recursos humanos revelam-se insuficientes e este é um dos principais constrangimentos neste contexto, dado o grande volume de trabalho, sobretudo aquando a realização de eventos. Ao longo da entrevista feita à Chefe de Divisão, este foi um assunto inúmeras vezes referido e uma das principais preocupações que manifestou. Realço a resposta à pergunta “Sente alguma dificuldade no trabalho diário que é feito nesta divisão? Se sim, quais?”, foi imediata e imperativa.

“Recursos humanos! Falta de recursos humanos e a complexidade dos recursos humanos. (...) Temos muita atividade para tão poucas pessoas. (...) a maior dificuldade que eu vejo nesta divisão são os recursos humanos, pessoas que gostem daquilo que fazem, que vistam a camisola e que tenham dinamismo e capacidade de trabalhar por dois ou três para levantar um evento. É isso, recursos humanos!”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Dada esta evidência, uma das mudanças esperadas nesta Divisão é mesmo a contratação de novos profissionais que possam integrar as equipas e diminuir esta angústia relacionada com a falta de recursos humanos.

Refletindo sobre o trabalho desenvolvido em gabinete sobre cada um dos eventos propostos, realça-se a relação *interdivisões* que é feita, diariamente, num sentido de dependência. Este foi um dado que foi possível observar logo no primeiro dia de estágio numa tentativa simples de ligar o computador à rede de internet disponível na CM. Para resolver um simples problema, uma das técnicas “ligou para o gabinete da informática, sendo informada que esse pedido devia ser feito pela chefe de divisão ao chefe da outra divisão.” (Nota de terreno, 20 de setembro). Para além desta dependência, face a outras divisões, este acontecimento realça a imagem burocrática deste contexto. Nas questões mais práticas do próprio serviço, recorda-se o exemplo dado para o evento da Alma do Fado, quando se verifica um atraso nos materiais de divulgação da atividade. Face a este cenário, a divisão da cultura fica condicionada, acabando por não cumprir o suposto em tempo útil.

“Quando realizamos um evento, nós dependemos depois para baixo de outros serviços para a concretização desse evento. Só quando o evento sair das mãos da cultura é que o processo começa a tramitar para uma divisão de logística, para uma divisão financeira, para uma divisão de obras municipais... o que

acontece é que a cultura pode ter um ou outro evento que tenha uma decisão que está escalada para cima, que enquanto essa decisão não for tomada a cultura não consegue arrancar com o processo. E a partir do momento em que a cultura não consegue os restantes também estão parados. Quando nós arrancamos é quando os outros também arrancam ou arrancam depois porque nós temos que despoletar os processos. Portanto, aqui há uma dificuldade de gestão interdivisões.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Como podemos ver, esta realidade é descrita e encarada como um problema constante no serviço prestado. Ao contrário da resposta imediata da Chefe de Divisão, na perspetiva da técnica entrevistada esta afirma que

“tempo acho que a palavra chave é tempo. Já nem vou pelos recursos humanos porque isso é geral, há o congelamento das carreiras e o congelamento dos serviços públicos, portanto nem vou pela questão de mais recursos humanos, vou pela questão de mais tempo.”

(Entrevista 2, 22 de maio, 2019)

Esta técnica acredita que os eventos pensados com mais antecedência e com uma maior organização de tempo face às tarefas que são precisas concretizar, facilitaria a questão da relação entre divisões que pode assumir um carácter menos positivo nos momentos em que não simplifica o trabalho conjunto.

Tendo como um dos principais objetivos a concretização de um plano anual de atividades, a divisão da cultura canaliza os esforços para reunir condições que ajudem o planeamento, organização e execução de todos os eventos propostos, deixando de fora, em muitos casos a questão da avaliação interna, como explicitiei no ponto anterior.

Posto isto, importa pensar como é elaborado o calendário cultural e o que este tem por base. É nesta fase que as logomarcas já referidas neste relatório assumem elevada importância, dado que “(...) o executivo (...) determinou a aposta nas logomarcas e a realização de eventos ligados às logomarcas.” (Entrevista 1, 21 de maio, 2019). A Festa do Brinquedo, a Feira da Regueira e do Biscoito, a Bugiada e Mouricada nas Festas de São João, são exemplos de grandes eventos que promovem as marcas do Concelho. Contudo, uma das principais mudanças que a câmara/ a divisão pretendem implementar prende-se com o facto deste tipo de eventos esgotarem, por si só, a logomarca em questão. Isto é, faz-se a Festa do Brinquedo e está cumprida a missão de divulgação do brinquedo tradicional, não havendo uma maior continuidade que o valorize.

“(...) nós vamos tentar que ao longo do ano existam, pelo menos, dois apontamentos nem que seja o lançamento de um livro, uma conferência, por exemplo, ligada às máscaras, uma exposição... algo que tenha uma ligação com as logomarcas. Que faça com que as logomarcas, ao longo do ano, não sejam esquecidas ou que as pessoas não estejam à espera da festa...”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Desta forma, há vontade por parte da divisão de repensar as propostas culturais desconstruindo a ideia de que a Divisão de Cultura e de Turismo é, apenas, a divisão das festas. Pretende-se que as marcas do concelho sejam reconhecidas pelo valor que elas realmente têm, com a “(...) procura de ações que promovam as logomarcas mas na sua essência, sem ser preciso trazer um cabeça de cartaz. Pretendemos que a logomarca viva por si. É uma tentativa de mudança que estamos a fazer, na divisão.”. (Entrevista 1, 21 de maio, 2019).

Ainda sobre o calendário cultural e as propostas que são feitas, importa realçar uma das maiores qualidades e potencialidades que reconheci neste serviço. Falo, então, da participação das associações nas atividades culturais que se realizam anualmente. Depois de analisar os vários programas de atividades dos diferentes eventos, percebe-se que existe um grande investimento no talento e trabalho das associações culturais do Concelho, permitindo que estas façam parte integrante dos momentos de animação e espetáculos produzidos nos eventos.

Na caracterização de, pelo menos, dois eventos neste relatório, refiro-me à Festa do Brinquedo e à Aldeia de Natal, verifica-se a forma como as associações são distribuídas nos vários momentos de animação pensados em cada projeto. Para tal, a CM propõe, anualmente, um protocolo de desenvolvimento cultural que é negociado com as associações, e que regula a participação destas nas atividades propostas pela câmara. No período em que desenvolvi o meu estágio, estes protocolos foram assinados por mais de quarenta associações do Concelho de modo a garantir a realização de diversos eventos que passam pela dança, música, teatro, exposições, entre outras vertentes. Assim, a divisão/câmara espera garantir uma oferta cultural de qualidade, que permite manter o associativismo como um espaço de afirmação da comunidade. Como podemos consultar no anexo, estes protocolos definem as condições que as associações devem cumprir no que toca à colaboração com a CM. A técnica entrevistada conduz grande parte do seu discurso a este cenário. Compreende-se, então, que a

“câmara municipal estabelece protocolos com essas associações, no âmbito das suas valências no sentido de fomentar a atividade cultural, a animação cultural e preencher as atividades que a câmara se propor realizar. Por exemplo nós estabelecemos protocolos de desenvolvimento cultural com as associações que têm teatro, no âmbito da mostra de teatro amador, protocolamos essas atividades e as associações que participaram na mostra de teatro amador.”

(Entrevista 2, 22 de maio, 2019)

Assim, as associações protocoladas recebem um subsídio, consoante as suas valências e a sua participação nas atividades, que ajuda à organização da sua própria dinâmica e, como resultado final, do seu espetáculo. Este acordo feito entre a CM e as associações leva a que se façam reuniões com cada uma, havendo uma técnica responsável, que agenda esse encontro de acordo com a disponibilidade da associação e da chefe de divisão.

“Nós, por norma, tentamos espicaçar as associações para saírem da zona de conforto e para fazerem coisas diferentes. Por exemplo, nós temos uma associação que tem cavaquinhos e tem teatro mas o teatro praticamente esgota-se na Mostra de Teatro Amador, e nós desafiamo-los a apresentarem sketches de teatro de rua, até com base na peça que apresentaram na Mostra de Teatro, na Feira da Regueifa e do Biscoito e no Couce em Festa. Nenhuma associação fica de fora. Nós tentamos sempre que as associações se reinventem no sentido de se adaptarem aos nossos eventos. No fundo, mantendo as valências que têm, mas fazendo uma dinâmica diferente.”

(Entrevista 1, 21 de maio, 2019)

Depois de acordados e assinados os protocolos, ao longo do ano, estes são consultados pelas técnicas que organizam o programa de cada atividade, de forma a integrarem as associações nos dias em que decorre o evento. Desta forma, fica garantida a participação de todas as associações do Concelho, nos diferentes eventos, tendo em conta as valências que têm e os desafios que aceitam, olhemos como exemplo o protocolo no anexo 8.

Como estagiária no gabinete de Ação Cultural, pude constatar este tipo de constrangimentos e possibilidades, não só através da observação participante mas, sobretudo, através das entrevistas feitas à Chefe de Divisão e a uma das técnicas. Isto acontece porque, no trabalho diário que é feito neste serviço da DCT, torna-se difícil desenvolver grandes conversas que expliquem como as coisas vão acontecendo.

Sob pressão do tempo, e do muito que fazer, envolvidas no seu próprio trabalho, as técnicas não demonstravam a disponibilidade de falar sobre os vários assuntos inerentes à organização deste serviço, sendo possível, apenas, num momento marcado pela entrevista. Ao longo dos dias, grande parte das informações que pude obter foram consequência de conversas paralelas que ia captando, ou em breves momentos em que pude questionar e esclarecer uma ou outra dúvida. Este foi um dos principais constrangimentos que vivi. Diariamente, enfrentava a dificuldade de me envolver nos processos que decorriam. Da experiência, considero que o facto de grande parte do estágio ser passado num ambiente de gabinete, em que cada técnica trabalha no seu computador e nos seus papéis, dificulta a integração no processo, sentindo, em alguns momentos, que me estava a intrometer num trabalho pessoal. Com uma ou outra técnica foi mais fácil deixar de lado este sentimento, e consegui compreender de forma mais clara o processo de organização e planeamento dos eventos.

Outra grande dificuldade prende-se com o acesso a documentos oficiais e aos próprios processos dos eventos. Logo no início do estágio foram pedidos alguns documentos essenciais para perceber como estava organizada a CM e a divisão em questão. Sobre a CM foi fácil aceder a informação documental, uma vez que existem documentos públicos online que caracterizam a instituição. Porém, até ao final do estágio, senti grande dificuldade em aceder a documentos produzidos pelo próprio gabinete de Ação Cultural, acabando por ter em minha posse pouca informação documental sobre o mesmo. Grande parte dos documentos remetidos em anexo, são documentos disponibilizados no site oficial da CM e que podem ser alvo de consulta e apropriação.

No que toca às possibilidades neste contexto, realço a forma como a equipa me integrou no espaço de trabalho e, numa fase posterior, me envolveu na organização e execução dos eventos. Realço, de forma muito positiva, a proximidade no processo de organização da Alma do Fado e a intervenção prática na Aldeia de Natal. Graças a esta abertura, foi possível trabalhar diretamente com as técnicas, com as parcerias estabelecidas, com as associações envolvidas e com a população, em geral, que participa nos eventos. No caso da Aldeia de Natal, foi possível, não só, o contacto com estes atores, como também, pôr em prática alguns conhecimentos pedagógicos adquiridos ao longo do percurso académico. Refiro-me às atividades dinamizadas na casinha do conto, que viveram de experiências relacionadas com a música, a escrita, os trabalhos manuais, a

criatividade e a expressão de sentimentos e emoções. Neste momento da intervenção procurei ter bem presente que é necessário

“compreender os diversos actores, não como sujeitos, nem como objectos, mas como participantes. A participação efectiva dos diversos actores requer poder de participação e está relacionada com a capacidade de encontrar ressonância das suas expectativas e interesses, a qual lhe permita sentir pertença, envolvimento e não estranheza”

(K’CIDADE , 2007: 22)

Esta compreensão revela-se essencial não só para os momentos de intervenção no terreno, como ao longo de todo o tempo de estágio, uma vez que considero prioritário estabelecer uma relação de conhecimento, de valorização e de confiança com todos os participantes neste percurso de estágio.

Em muitos momentos, foram muitas as dúvidas resultantes de avanços e recuos na intervenção que me faziam questionar a minha própria ação e até averiguar se existiam informações complementares que me estavam a passar desperçadas. Ao longo deste tempo, fui avaliando a minha participação no contexto, percebendo quais os ajustes essenciais, canalizando a intervenção em função das necessidades do contexto, aspeto que constituiu também uma aprendizagem essencial acerca do valor da reflexão sobre a própria prática, para a sua melhoria.

CAPÍTULO IV: Reflexão do Caminho Percorrido – Considerações Finais

A experiência de estágio vivenciada, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, permite tecer algumas considerações e produzir reflexão sobre as mesmas, não descurando esta área de estudo das Ciências Sociais e Humanas. A experiência vivida, na CM, ilustra uma série de competências que foi possível adquirir e amadurecer, enquanto pessoa e enquanto futura profissional das CE. Assim, este estágio permitiu-me reforçar a minha identidade como profissional, capaz de intervir em contexto educativos e sociais e de fazer parte de equipas que atuam numa lógica de cooperação e de desenvolvimento das próprias equipas, da instituição e dos contextos em que desenvolvem a sua intervenção.

Numa altura em que, ainda, se questiona a profissionalidade e o trabalho dos profissionais em CE, a experiência de estágio e este relatório permite analisar a possibilidade de alguém desta área se inserir num contexto de intervenção como uma CM. Aqui, importa realçar a importância da busca de envolvimento com os sujeitos e a forma como são observadas e tornadas conhecidas as potencialidades do lugar, reconhecendo-o como espaço aberto à intervenção. A partir desta constatação, foi pensada uma forma de intervir que seria, mutuamente, interessante para o contexto e enriquecedora para quem a propôs. Esta intervenção, centrada na observação, na escuta, na participação e na criação de espaços de voz para as pessoas da equipa refletirem sobre a sua prática, tem potencial para abrir caminho para a afirmação das CE no contexto. Tornou também possível mobilizar inúmeras competências adquiridas na formação académica, associadas à vontade e necessidade de compreender o terreno, junto dos profissionais e próxima dos processos que estes operam. Construir um espaço de pertença, onde a minha presença não fosse incomodativa ou vista como estranha, foi o grande passo para o desenrolar do estágio, muito centrado na observação participante. A partir daí, tornou-se possível entrar na vida da instituição e dos profissionais e fazer parte das suas rotinas e dinâmicas, acrescentando algo a partir da minha formação em CE, dos meus saberes, história e experiência.

Conhecer a oferta cultural deste município e perceber de que forma a população se envolve na mesma, implicou ter conhecimento do calendário anual de atividades e envolver o nosso trabalho no processo que é feito para concretizar cada um dos eventos. Tentei enfatizar, ao longo do relatório, que o espaço principal deste estágio foi o gabinete de Ação Cultural, conjugando a sua relevância com a ida ao terreno em quatro grandes eventos promovidos pela CM: a Festa do Brinquedo, a Alma do Fado, a Aldeia de Natal

e o Ciclo de Concertos de Natal e de Reis. Esta conjugação tornou possível a construção de uma imagem clara e alargada do trabalho que é feito na Divisão de Cultura e Turismo, deste município. Dou aqui relevo ao facto de cada atividade ganhar sentido desde o momento em que é pensada, num espaço mais reservado e burocrático, mas mesmo assim de diálogo, até chegar ao terreno e envolver a população nas propostas culturais que a CM faz.

Entre todas as aprendizagens e todo o crescimento pessoal que reconheço ter ocorrido neste espaço, neste momento de reflexão considero que o mais importante foi poder fazer parte das atitudes de partilha de experiências, troca de conhecimentos e informações e, principalmente, do trabalho em equipa. Consciente de que, na área das CE, poderei assumir-me como membro de uma equipa de trabalho, alimentar este espírito de cooperação, entajuda e compreensão foi um benefício claro para a minha formação.

Desde o início do estágio, e enquanto futura profissional, decidi adotar uma postura atenta, dinâmica, multifacetada, adaptável a diferentes contextos e com um olhar crítico sobre o trabalho desenvolvido. Sendo assim, tentei que houvesse uma conjugação entre vontades, gostos e oportunidades. Por isso, o olhar que conduziu a minha presença neste contexto tornou-se um olhar diferente daquele que tinha anteriormente. Sendo a CM um serviço público, existia, à partida, uma ideia do funcionamento e dos serviços que esta prestava. Porém, e durante o tempo que integrei a instituição, passei a olhar para cada valência com um olhar mais crítico e aberto, diria mais profissional. Olho agora para a CM como potencial lugar de desenvolvimento e intervenção, dadas as suas características e particularidades como instituição pública, de que se pode tirar partido para futuras intervenções baseadas nos saberes das CE.

Ao longo da construção deste relatório, o norte continua em direção às práticas culturais das CM e como estas são desenvolvidas e as conclusões a partir das informações recolhidas e utilizadas neste documento surgiram da possibilidade de conhecer os intervenientes do contexto e o próprio contexto, bem como a sua intervenção cultural com as populações, analisar os recursos disponíveis, trabalhar as limitações e possibilidades, desconstruir o quotidiano, pensar em conjunto, essencialmente. Transformar-me, adaptar-me e recriar-me foram objetivos desta experiência. Considero, então, que alimentei o meu sentido de intervenção, o domínio da linguagem, da comunicação, de auxílio, da confiança, da cooperação, da promoção da criatividade e da responsabilidade graças ao trabalho desenvolvido ao longo do estágio. Adotar uma postura de paciência, resistência,

integridade, imparcialidade, isenção e reflexividade, capacidade de escuta e de gerar processos colaborativos e empatia são mais valias no tipo de trabalho que é feito na CM. “Vestir a camisola” da instituição, expressão utilizada na entrevista com a chefe de divisão, constituiu no meu caso a possibilidade de demonstrar vontade de transformar o contexto e lutar para que existam melhorias consideráveis, no mesmo e, conseqüentemente, nos serviços prestados à comunidade, como principal beneficiária da ação da CM.

Em suma, e numa fase de reflexão do trabalho desenvolvido ao longo do processo e sistematizado na elaboração deste relatório, considero que adquiri um conjunto de competências de que destaco: a capacidade de desenvolver criticamente uma leitura das realidades do contexto, com o objetivo de delinear uma intervenção comprometida e contextualizada; o aprofundamento e domínio de conhecimentos ao nível da educação, da cultura e da organização institucional, pelas suas características internas, que se revelam condições essenciais para a intervenção neste espaço; saberes de intervenção enquadrados na capacidade de trabalhar em equipa, realçando a cooperação e participação em projetos; o aprofundamento das competências de investigação, inevitavelmente associados a qualquer processo de intervenção e tirando partido dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do mestrado em CE; o desenvolvimento de um olhar a crítico e (auto)vigilante acerca do meu processo, e de abertura à aprendizagem sobre o trabalho que é feito na CM, no geral, e na Divisão de Cultura e Turismo, em particular e, também, sobre a minha atuação no contexto e neste produto final; o amadurecimento das questões éticas que não se podem descurar em qualquer tipo de intervenção social e nesta em particular; o desenvolvimento de competências de negociação, diálogo, autonomia, responsabilidade, de intencionalidade na ação, posicionamento crítico, motivação, envolvimento e criatividade; a capacidade de adotar uma atitude flexível perante os desafios que eram colocados, convertendo as dificuldades em possibilidades de aprendizagem e redefinindo as estratégias, consoante os constrangimentos e oportunidades trazidas pelo terreno e pelos seus atores.

Como profissional em CE, acredito que há lugar para esta área de formação, neste contexto, onde poderia ser desenvolvido um papel fundamental, não só para integrar a equipa que põe em prática o programa cultural que é proposto, contribuindo com uma dimensão mais reflexiva e mais atenta às realidades e especificidades das diferentes populações e grupos, mas, também, para contribuir para conceber, analisar e avaliar,

cuidadosamente, a forma como os eventos são pensados, organizados e concretizados, numa auscultação próxima de todos os intervenientes e num envolvimento contínuo nos processos, inclusivamente das próprias populações que poderiam ser chamadas a contribuir com o seu olhar em todos os momentos da construção da proposta cultural da CM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Paula., Ferreira, Claudino, (2003), “Apresentação: a cidade, as artes e a cultura”, Revista Crítica de Ciências Sociais (67), Coimbra: CES. pp. 3-6.

Agenda 21 da Cultura. Cidades e Governos Locais Unidos - Comissão de Cultura. Ajuntament de Barcelona: Institut de Cultura.

Amado, João (2013). Manual de investigação qualitativa em educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Baptista, Isabel (1998). Ética e educação: Estatuto ético da relação educativa. Porto: Universidade Portucalense.

Baptista, Isabel (2005). Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético. Porto: profedições.

Bardin, Laurence (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70

Bogdan, Robert & Biklen, Sari Knopp (1994). Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora

Bolivar, Antonio (2003). Como melhorar as escolas: estratégias e dinâmicas de melhorias das práticas educativas. Porto: Edições ASA.

Bourdieu, Pierre (1989) O Poder Simbólico. Difusão Editorial, Lda. Lisboa.

Bourdieu, Pierre (2001). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes.

Bronfenbrenner, Urie (1997). Ecology of the family as a context for human development: research perspectives, In James L. Paul et al., Foundations of special education: Basic knowledge informing research and practice in special education, 49-83

Byrnes, William J. (2003). Management and the Arts. Focal Press.

Canton, Antonia Marisa, (2002), “Eventos: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro sector”, São Paulo: Roca.

Capucha, Luís Manuel Antunes (2008) «Etapas do planeamento (de um projecto) e respectivos critérios de avaliação», in Planeamento e Avaliação de Projectos. Guia Prático. DGIDC, Ministério da Educação, pp. 17-27: 47-50.

Chong, Derrick (2010). Arts Management. Routledge

Cortesão, Luiza, Leite, Carlinda e Pacheco, José Augusto (2002) Antes de falarmos em projecto é preciso sabermos do que estamos a falar, in Trabalhar por projectos em educação, Porto: Porto Editora, pp 22- 32.

Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. UNESCO. CLT.2002/WS/9.

DeVereaux, Constance (2009). Cultural Management and the Discourse of Practice. *Forschung im Kulturmanagement.*, 155-167

Dias, Nuno Fernando de Carvalho & Melão, Nuno Filipe Rosa (2009) Avaliação e Qualidade: Dois Conceitos Indissociáveis na Gestão Escolar, *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol VII, nº12, pp. 193-214.

Duarte, João Davide (2009), “Organização e Gestão de Eventos – Métodos e Técnicas e a sua Aplicação na Actividade das Empresas de Eventos – Estudo de Caso: Dice Eventos”, Monografia de Licenciatura em Ciências da Comunicação, Porto, Universidade Fernando Pessoa

Durkheim, Émile (2001). As regras do método sociológico. Lisboa: Editorial Presença.

Fernandes, Domingos (2011). Avaliação de programas e projetos educacionais: Das questões teóricas às questões das práticas. In Fernandes (Org.), *Avaliação em educação: Olhares sobre uma prática social incontornável*, pp. 185-208. Pinhais, PR: Editora Melo.

Fernandes, Ernesto (2004). Por uma carta ética da intervenção social. *Intervenção Social*, 29, 139-152.

Formosinho, João (2009). Equipas Educativas: para uma nova organização da escola. Porto: Porto Editora.

Foucault, Michel (1975). Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes.

Freitas, Cândido Varela (1997). Princípios gerais para a avaliação projectos. In *Gestão e Avaliação de Projectos nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 8-25

Fullan, Michael & Hargreaves, Andy (2001). Por que é que vale a pena mudar? : o trabalho de equipa na escola. Porto: Porto Editora.

Gomes, Rui, Lourenço, Vanda, Martinho, Teresa, (2006), “Entidades Culturais e Artísticas em Portugal”, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Guimarães, Juliana C. N. (2015). Igualdade de (Género) oportunidades na rota da promoção da qualidade educativa: Criação de um Gabinete de Mediação com alunos/as da Escola Básica de Gondomar. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Hadji, Charles & Baillé, Jacques (2001). Investigação e educação: Para uma "nova aliança": 10 questões acerca da prova. Porto: Porto Editora.

Harding, Sandra (1986). From the woman question in science to the science question in feminism. In Harding, Sandra (Eds.), The science question in feminism. London: Cornell University.

Herrero, Luis, César, Sanz, José Ángel, Bedate, Ana, & Barrio, Maria. José. (2011). Who Pays More for a Cultural Festival, Tourists or Locals? A Certainty Analysis of a Contingent Valuation Application. INTERNATIONAL JOURNAL OF TOURISM RESEARCH.

Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (1985). Declaração do México. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>. Documento consultado a 15 de maio de 2019 (pp.1-18)

Leite, Carlinda (2002). A figura do “amigo crítico” no assessoramento/desenvolvimento de escolas curricularmente inteligentes. In Margarida Fernandes (Org.), O particular e o global no virar do Milénio. Cruzar saberes em Educação (pp. 95 -100). Porto: Edições Colibri / Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Letria, José (2000). Pela cultura. A experiência de cascais e outras reflexões. Lisboa: Hugin.

Martelo, V. (2005). Desenvolvimento Local, Participação e Cooperação. Cooperación Cultural Euroamericana, IV Campus euroamericano de Cooperación Cultural – Papeles Iberoamericanos (pp. 43-48).Brasil, Salvador de Bahía.

Martelo, Vitor (2006). Apresentação. in Neves, J. & Lima, M. (org.), Encontros alcultur – um balanço (pp. 5-7).Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Menezes, Isabel et al. (2005). Conhecimentos, concepções e práticas de cidadania dos jovens portugueses: Um estudo internacional. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Monteiro, Alcides (1996) A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. Sociologia – problemas e práticas. Nº22, pp. 137-154

Nunes, Rosa Soares (2005). Nada sobre nós sem nós – A centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos. São Paulo – Cortez Editora.

Nunes, Rosa Soares (2009). Boaventura de Sousa Santos, o tempo, o modo. Leitura: Teoria & Prática. Ano 27, Número 53. Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil.

Pais, José Machado (2002). Sociologia da vida quotidiana – Teorias, métodos e estudos de caso. Edição: Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Pires, Laura Bettencourt, Teorias da Cultura (2004); capítulo 1, Universidade Católica Ed., Lisboa.

Quinn, Bernadette (2005). Arts Festivals and the City. Urban Studies, Vol. 42, 927–943. Rentschler, R. (2004). Museum marketing: understading different types of audiences. Arts Marketing, 139-158

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Van Luc (2003). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 3ª ed. Lisboa: Gradiva.

Rentschler, Ruth (2004). Museum marketing: understading different types of audiences. Arts Marketing, 139-158

Ribeiro, António (2009). À procura da escala. Cinco exercícios disciplinados sobre cultura contemporânea. Lisboa: Cotovia.

Rodrigues, Pedro (1994). As três lógicas de avaliação de dispositivos educativos, in Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação. Lisboa: Colibri, pp. 93 – 109

Roegiers, Xavier (1997). Analyser une action d'éducation ou de formation. Bruxelles: De Boeck Université.

Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Intervenção comunitária (GPS) (2007). Lisboa: Equipa K'CIDADE

Santos, Maria (coord.), Gomes, Rui, Neves, José, Lima, Maria, Lourenço, Vanda, Martinho, Teresa, Santos, Jorge, (2002), “Públicos do Porto 2001”, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Silva, Augusto Santos, (2007), “Como abordar as políticas Culturais Autárquicas? – Uma Hipótese de Roteiro” - Sociologia, Problemas e Práticas, nº 54, pp. 12 – 29.

Silva, Sofia Marques da (2011). Da Casa da Juventude aos Confins do Mundo. Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis. Porto: Edições Afrontamento.

Siva, Augusto & SANTOS, Helena (2010), “A Transformação Cultural de Cidades Médias, segundo os seus Agentes Culturais”, Sociologia, Problemas e Práticas, nº62, pp. 11- 34.

Terrasêca, Manuela (2001). Avaliação de Sistemas de Formação. Contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido. Porto: FPCE – Universidade do Porto, pp.107-119

Trickett, Edison, J. (2009). Multilevel community-based culturally situated interventions and community impact: An ecological perspective. American Journal of Community Psychology, 43.

Trindade, Rui (2017). Poder e autoridade em educação: Contributo para um debate. Porto: Mestrado em Ciências da Educação – FPCEUP (documento interno).

Vilar, Jesús (2001). La ética en la práctica cotidiana de las profesiones sociales. Educación Social, 17, 10-26.